



CLAEC
e-Books

Organizadores

Iany Elizabeth da Costa

Lucas Lopes Oliveira

Gênero, Decolonialidade e Direitos Humanos: Diálogos insurgentes



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2022

© 2022, CLAECE

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Editoração: Laura Valerio Sena

Diagramação: Laura Valerio Sena

Capa: Gloriana Solís Alpizar

Revisão: Valéria Lago Luzardo

ISBN 978-65-89284-25-3

Disponível em: <https://doi.org/10.23899/9786589284253>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C838 Costa, Iany Elizabeth da
Gênero, Decolonialidade e Direitos Humanos: Diálogos
insurgentes / Iany Elizabeth da Costa, Lucas Lopes Oliveira
(Organizadores). 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAECE e-Books, 2022. 78 p.

PDF – EBOOK

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-65-89284-25-3

DOI: 10.23899/9786589284253

1. Direitos Humanos. 2. Gênero. 3. Decolonialidade. I. Título.

CDU: 3

CDD: 300

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Me. Weldy Saint-Fleur Castillo
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Ma. Édina de Fatima de Almeida
Editora-Assistente

Me. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Me. Fernando Vieira Cruz
Editor-Assistente

Dra. Alessandra Fontes Carvalho da Rocha
Kuklinski Pereira
Editor-Assistente

Bela. Laura Valerio Sena
Editora-Assistente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
Editora-Assistente

Me. Ronaldo Silva
Editor-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Faculdade Integrada de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Prefácio	5
<i>Joseneide Souza Pessoa</i>	
Apresentação	8
<i>Iany Elizabeth da Costa, Lucas Lopes Oliveira</i>	
A invisibilidade da mulher negra no sistema prisional brasileiro no início do século XXI	10
<i>Verônica Teixeira Marques, Thayse Maria dos Santos Agra Migliavasca, Karla Emanuelle Goes de Lima, Alba Maria Bomfim de França, Jesana Batista Pereira</i>	
A Saúde Emocional e o papel do CEEGED-UNILA para uma prática acolhedora e abordagem de gênero pelo viés interseccional em ambiente universitário marcado pelo paradigma da decolonialidade	23
<i>Renata Peixoto de Oliveira, Maria Aparecida Webber, Carla da Conceição Mores Gastaldin</i>	
Decolonialidade em Conceição Lima: poesia de resistência africana de expressão Portuguesa	36
<i>Edimilson Moreira Rodrigues</i>	
O combate e enfrentamento à tortura e a efetivação dos Direitos Humanos no Brasil: algumas considerações	51
<i>Iany Elizabeth da Costa, Lucas Lopes Oliveira</i>	
Decolonialidade e Direitos Humanos na Pós-Graduação em Direitos Humanos Brasileira: uma análise preliminar	66
<i>Lucas Lopes Oliveira, Iany Elizabeth da Costa</i>	

Prefácio

O principal conceito que perpassa todo o livro é o decolonizar, enquanto sinônimo de romper as amarras, conceitos e preceitos do colonialismo. Cada capítulo trata de evidenciar, provocar e fazer-nos uma reflexão do quanto o colonialismo enquanto espectro continua presente em muitos dos processos culturais vigentes no Brasil.

O ato de decolonizar é um verbo não apenas no sentido de um rompimento semantical junto às raízes históricas do colonialismo, mas imprime uma ordem do quanto é necessário configurar modos diferentes em relação as nossas heranças culturais, quando nos referimos em particular aos temas insurgentes, como é o caso deste livro.

O livro oferece uma narrativa discursiva instigante, desveladora de problemáticas e também aponta saídas para que as práticas concretas e simbólicas do colonialismo possam ser repensadas, discutidas e reformuladas, principalmente para as categorias sociais que mais foram impactadas pelas condutas normativas do velho colonialismo.

As categorias mulher, negro, pobre, presidiária, por exemplos, são ainda vistas pelos conceitos e práticas discriminatórias oriundos uma cultural aristocrata, escravagista e elitista que marcaram os conteúdos de convivência social no Brasil, e que as tempestades políticas trazidas por essa ordem cultural, continuam com seus ranços, ainda vigentes, e que arranham e ferem os pilares de uma sociedade eticamente democrática, como nos alude os preceitos constitucionais de 1988.

Os recortes temáticos do livro percorrem caminhos de possibilidades, em que se comunicam a pesquisa, a ciência e a poesia nos estudos, em que determinados assuntos soam como uma provocação para certas fracções de classes, que preferiam esquecer tais temas, pois a base elitista do país, ignora e tangencia tais assuntos a uma marginalidade intelectual, seja na academia ou em outros espaços públicos. Ou seja, os assuntos que não pertencem a esta elite deveriam ser esquecidos, segundo a mentalidade que permeia a exclusão social.

Na aurora dos movimentos emancipatórios pelos direitos civis, políticos e sociais, tais temas estão sendo descobertos, trazido à baile, se comunicando com a sociedade, e nos dizendo que é hora de discutir abertamente sobre as raízes do colonialismo na sociedade brasileira, e sem disfarces, ensejar novos horizontes com novos processos de decolonizar tais raízes.

Por isso que os textos (capítulos) deste livro abrem espaço para novos processos de decolonizar, eles incomodam, eles pretendem trazer algumas das questões cruciais, tais como, a desigualdade social estratificada pelos marcadores de raça, classe, etnia, sexual, gênero que se esbarram no cotidiano, e que merecem ser desvelados.

Um dos desvelamentos é em atenção aos sustentáculos morais e sociais do colonialismo que ainda persistem, não como a mesma força, mais são conceitos que desqualificam as relações democráticas. Demarca na história a ideia de existir uma pirâmide social de exclusão quando se refere à condição da mulher, do negro, dos LGBTQi+.

Quando se pensa decolonizar tal modelo, é questionador observar que as práticas vividas nos espaços público e privado que os gêneros transitam há distorções no direito, não é igual a todos.

Bem como, os marcadores de classes, e nesse contexto, seja a mulher negra, homem negro, por exemplos, vão encontrar outros marcadores, como a pobreza, e por isso, o ato decolonizar é mais complexo, exigente quando se refere aos marcadores sociais.

Os marcadores sociais destinam a vida dos insurgentes de formas objetiva e subjetiva, que de maneira desigual forçam-os a perceber que são tratados diferente, devido a sua raça, etnia, orientação sexual e de gênero, e a posição econômica na sociedade. Essas diferenças são alinhavadas de preconceitos, de exposições discriminatórias e por isso, invadem-os em todos os espaços de vida.

Essas práticas preconceituosas e discriminatórias ainda subjazem nas instituições e organizações públicas, consequentemente, os espaços que deveriam ser discussões, são marcados de exclusão, de negação, e que interpõem a uma luta em prol de processos de decolonização, e neste se encontram os aspectos do contradito e do conflito, mas também da esperança e do vir a ser, que está sendo feito processualmente.

A luta dos insurgentes coloca nos atos de decolonizar, a busca pela liberdade, justiça social, equidade e igualdade social, e pelo fim da violência institucionalizada.

Alguns caminhos dessa luta dos insurgentes vão pelo direito, pela instauração de novas práticas e pela poesia, como movimentos que libertam, engendram novas formas de resistência e de enfrentamento contra os preceitos e práticas excludentes na sociedade brasileira.

Se gestam assim, no decolonialismo infinitas ligações entre as palavras e experiências, que se examinam mutuamente, provocando nessa trajetória, outras

raízes, que almejam mais paz, justiça e novos epílogos de uma história nova, em que as práticas de torturas, punições que marcam os corpos dos insurgentes, exigem-nos a um repensar com as novas letras e práticas para compor essa história nova.

O livro, portanto, nos possibilita a este repensar, convida aos leitores adentrar no mundo das lutas dos insurgentes, e nelas refletir, pois existem novas possibilidades, e um dos caminhos que este livro nos aponta é permanecer pesquisando, estudando, desvelando e fazendo novas tessituras.

Joseneide Souza Pessoa
Doutora em Educação (UFRN)

Apresentação

Exú matou um pássaro ontem com a pedra que só jogou hoje.
Ditado Iorubá

Este livro que ora apresentamos a você caro (a) (e) leitor (a) (e) é fruto de um longo percurso nosso como pesquisadores e militantes no campo dos direitos humanos, desde a nossa formação acadêmica junto ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH/UFPB) e no programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH/UFPB), consonante a luta nas bases dos movimentos sociais na Paraíba a destacar o movimento quilombola e movimento pela maconha medicinal em diálogo com a educação étnico-racial e a segurança pública.

Partindo da sabedoria de Exú orixá da curiosidade e do conhecimento, propomos pensar os caminhos decoloniais das relações de gênero e direitos humanos como o fruto de uma caçada que não começou hoje, mas sim, ontem pela trajetória de luta e resistência que pensar, escrever e atuar em direitos humanos no Brasil nos aufere. Este livro é o pássaro que apresentamos e traz diferentes narrativas que juntas dão o tom dos diálogos insurgentes em perspectivas descolonizadas dos saberes ditos oficiais nas universidades, nas artes, no *modus operandi* do direito.

É importante frisar que a descolonização dos debates de gênero e de direitos humanos são processos contínuos que não se esgotam em nossa contribuição. Ao contrário eles seguem o curso do rio caudaloso dos saberes que batem de frente com o discurso heteronormativo, sexista e hierarquizado que ainda são base da nossa sociedade e do modo como o discurso científico é construído. Por esta razão tornou-se urgente e necessário reunir pensamentos e escrevivências como bem salienta Conceição Evaristo que tragam outros olhares e saberes que passam muitas vezes despercebidos no rito dos saberes hegemônicos.

Pensar novas epistemologias que se insurgem contra o paradigma eurocêntrico e permitem a emergência de novos saberes nos convida a pensar a partir de novos ângulos, descortinando as camadas do discurso sobre direitos humanos e percebendo outras formas de se pensar os direitos humanos para além do discurso hegemônico. Assim, novas epistemologias, novas narrativas e novos marcos discursivos que tensionam o discurso sobre direitos humanos, para mostrar que essa é uma categoria em disputa, que não pode ter seu significado ditado pelo saber colonial tributário do

discurso ocidental legitimador do capitalismo, mas sim que pode refletir a possibilidade de emergência de saberes populares em suas lutas e re-existências.

A superação das desigualdades sociais, raciais e de gênero, postas em marcha pelo modo de produção capitalista e seu legado colonialista, patriarcal e racista, exige a emergência de uma nova leitura sobre os direitos humanos, que reflita a pluralidade e a diversidade das formas de existir e que sirva de ferramenta na luta dos movimentos sociais contra as diversas formas de opressão, discriminação e violência. Essas páginas, com temáticas tão diversas, têm em comum tentar compreender os direitos humanos a partir de novas epistemologias que encarem os desafios de pensarem os direitos humanos a partir de um eixo.

Iany Elizabeth da Costa e Lucas Lopes Oliveira
Jardim Cidade Universitária, João Pessoa – PB

A invisibilidade da mulher negra no sistema prisional brasileiro no início do século XXI

Verônica Teixeira Marques^{*}

Karla Emanuelle Goes de Lima^{**}

Thayse Maria dos Santos Agra Migliavasca^{***}

Alba Maria Bomfim de França^{****}

Jesana Batista Pereira^{*****}

Introdução

A Constituição Federal de 1988, com o intuito de assegurar o equilíbrio das disparidades reveladas pelo processo histórico-social de poder das classes dominantes sobre a população marginalizada, inseriu, em seu artigo 3º, IV, como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a promoção do “[...] bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

Contudo, a realidade social brasileira está bem distante do que o previsto em nossa Constituição, o que é muito explícito na marginalização de mulheres negras no sistema prisional, como demonstram os dados oficiais (INFOPEN, 2018). Assim, com base em dados oficiais do Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade (2017),

^{*} Doutora em Ciências Sociais (UFBA), Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Tiradentes. Pesquisadora do Instituto de Tecnologia e Pesquisa e do Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania, Sergipe.

E-mail: veronica_marques@al.unit.br

^{**} Psicóloga e estudante de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas (SOTEPP) Centro Universitário Tiradentes.

E-mail: karlalima97@hotmail.com

^{***} Advogada, servidora e estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas (SOTEPP) Centro Universitário Tiradentes.

E-mail: thayseagraadvocacia@hotmail.com

^{****} Enfermeira Obstétrica e Mestra em Enfermagem pelo PPGENF ESENFAR/UFAL. Doutoranda em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas SOTEPP/UNIT. Professora Adjunta I e Pró-reitora Adjunta de Graduação da UNIT/AL. Professora Assistente da UNCISAL.

E-mail: albambf@hotmail.com

^{*****} Doutora em Antropologia pela UFPE, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas – UNIT/AL. Líder do Grupo de Pesquisa Narradores no CNPq.

E-mail: jesanabpereira@gmail.com

Relatório Mulheres em Prisão, realizado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania com apoio do Fundo Brasil de Direitos humanos, Oak Foundation (2017) e o Observatório das Desigualdades (2020), o presente artigo tem como objetivo discutir, à luz da teoria decolonial¹, o aumento expressivo de mulheres negras no sistema prisional brasileiro. A discussão é feita a partir dos marcadores sociais de raça, classe e gênero, bem como no tratamento destinado às mulheres enquanto estão sob tutela do Estado.

Diferentes pesquisadores² apontam que as lutas das mulheres, principalmente das negras, são trespassadas por perspectivas interseccionais na luta pela igualdade, visto que além de vivenciar as opressões de gênero, ainda necessitam lidar com as discriminações e exclusões do racismo estrutural, em especial, quando observa-se que o sistema de justiça atua de forma específica em relação à população negra e pobre, ao punir condutas das camadas sociais estigmatizadas.

Como comenta Chernicharo (2014), apesar de não ser possível correlacionar que negros e, em especial mulheres negras, tenham “mais propensão ou tendência a delinquir” ou que as condições materiais de pobreza possam ser consideradas “[...] um indicativo de delinquência [...] elas apresentam maiores chances de serem criminalizadas” (CHERNICHARO, 2014, p. 78).

O presente artigo apresenta dados que revelam um elevado índice de mulheres negras dentro dos presídios brasileiros, fato este que corrobora com a opinião da pesquisadora Dina Alvez Araújo (2019), para quem “[...] o cárcere é maior expressão do racismo”.

Para a obtenção de tais objetivos, o estudo desenvolvido trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, com uso de dados secundários e estáticas descritivas,

¹ Há na literatura uma certa confusão entre decolonialidade e descolonialidade. Aqui os dois termos são usados no texto em função das teóricas e teóricos que se debruçaram sobre o tema de forma distinta. Alguns usam descolonialidade e outros decolonialidade. Assim, chamamos a atenção para a provocação feita por Joice Berth que em entrevista concedida em 2020, aponta que “[...] descolonizar não é o mesmo que decolonizar, embora alguns achem que é só um detalhe gramatical. Descolonizados estamos desde que, cronologicamente falando, o período colonial terminou. Acontece que houve uma absorção muito mais profunda e uma espécie de enraizamento de toda a “alma” colonial e ela ainda atua livremente, mesmo em lugares onde se fala em descolonizar. Nesse sentido, descolonizar seria se descolar da colonização e suas informações ou se afastar disso. Decolonizar é romper com a colonialidade, entendendo que até na formação da nossa personalidade ela pode estar atuante. [...] É preciso simultaneamente decolonizar as epistemes e as mentalidades que, mesmo quando se debruçam sobre produções negras, mantém uma bruma da atitude do colonizador nas ações e/ou omissões” (MENEZES et al., 2020).

² Jesus (2018), Silva (2014) e Kimberlé Crenshaw (2002).

embasados em doutrinas, legislações, artigos e materiais oriundos de sítios de instituições privadas e de órgãos públicos.

Desta maneira, como forma de contribuir para o melhor entendimento desta problemática social, cuja relação envolve o encarceramento feminino negro e a intersecção entre classe, raça e gênero, são alicerces teóricos dessa construção as discussões e provocações feitas por pesquisadoras negras como Sueli Carneiro, Maria Lugones e Djamila Ribeiro.

Reflexões decoloniais sobre as opressões de gênero e raça

A resistência negra no Brasil foi iniciada desde o momento do seu nascimento, uma vez que carrega consigo, até hoje, as marcas do tempo da escravidão. Desta forma, pode-se inferir que as mulheres negras ocupam dois grupos vulneráveis nacionalmente, já que buscam vencer os obstáculos impostos por uma sociedade baseada em culturas machista e racista. Nessa percepção, as resistências lutam contra a discriminação sofrida por ser mulher, diante de uma sociedade com vestígios patriarcais e por ser negra, diante de uma sociedade com padrões que idealizam a branquitude (JESUS, 2018).

De acordo com a autora e ativista, Sueli Carneiro (2005), o embranquecimento é a principal representação social encontrada na sociedade, sendo promovido em todas as dimensões de vida social como tão vistas nas mídias, sendo os meios de comunicação, representativos desse processo.

Segundo Santos e Oliveira (2010), é importante considerar a construção e estruturação social dos gêneros como processo profundo que se percebe em várias dimensões, as quais mudam conforme a organização das lutas de classes, sendo possível vincular a outros tipos de opressões como raça. Ainda, sob a ótica dos autores, é importante observar que as diversas dimensões (gênero, raça, entre outras), vivenciadas pelas mulheres, marcam a inserção destas no cenário de desigualdades que as colocam em condição de subordinação e dominação, provinda do pertencimento à classe e raça/etnia, oprimidas ao longo do tempo.

Também Maria Lugones reflete que “[...] descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p. 940).

Assim, também Sueli Carneiro (2005, p. 29) aponta que são os privilégios materiais ou simbólicos construídos pelos brancos que determinam no plano das ideias, nas

práticas ou nas políticas a “[...] reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e [...] de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentabilidade para o conceito de raça”.

Nesse passo, destaca-se sobre a colonialidade de gênero, no que se refere à coisificação das mulheres colonizadas, que homens brancos e burgueses consideravam essas mulheres como uma categoria vazia e não-humana. Acrescenta, ainda, que a colonialidade do gênero permanece presente na intersecção de gênero, classe, raça, enquanto construção central do mundo capitalista. Assim, é possível concluir que existe uma complexidade histórica, no que concerne à resistência à colonialidade do gênero, como aponta Lugones (2014).

Torna-se oportuno expor que um dos pontos negativos do feminismo europeu foi proliferar a colonialidade do poder, bem como a colonialidade de gêneros. Ocorre que, para a teoria decolonial, a categoria raça foi essencial para o advento da modernidade, uma vez que distinguiu quem poderia ser considerado humano e não-humano, tomando como base um sistema escravista. (NOGUEIRA, 2021).

Deste modo, quando a sociedade reconhece a beleza da mulher negra, simplesmente reforça “a hipersexualização dos seus corpos”, sendo vista como “a mulher amante”, o que acabada reiterando os estereótipos dos corpos negros femininos, advindos do período escravista, em que se atribuía às mulheres negras a função de objetos sexuais que satisfaziam os seus senhores (JESUS, 2018).

Posto isso, percebe-se que o sistema patriarcal tornou exacerbada a relação de poder/dominação dos homens e a subordinação da mulher, onde os papéis sociais desempenhados revelavam a superioridade do homem e a inferioridade da mulher, sendo os espaços delimitados e insuperáveis, ou seja, públicos para os homens e privado para a mulher, relacionando-a um ambiente doméstico (MIYAMOTO; KROHLING, 2012). E nas questões relacionadas ao sistema prisional, essa situação é também reproduzida como será discutido a seguir.

Com efeito, não é possível mencionar as dimensões de gênero fora de uma conjuntura de dominação e exploração, haja vista que o patriarcado é inerente ao sistema capitalista. Então, as desigualdades de gênero, nas relações entre o feminino e o masculino, apontam a presentificação do patriarcado, sistema que oprime e domina as mulheres até a atualidade (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Portanto, a relação entre a opressão social e a opressão estatal, parte do pressuposto que o Estado é reflexo do que a sociedade impõe, isto é, se a população oprime e discrimina a mulheres negras e o Estado se mantém inerte diante de políticas

públicas para este público, conseqüentemente o resultado será o elevado número de mulheres em periferias, baixa escolaridade, remuneração baixa e elevada carga de trabalho (JESUS, 2018), variáveis que impactam significativamente no encarceramento de mulheres negras.

Mulheres negras, direitos humanos e o encarceramento feminino brasileiro

Historicamente, as mulheres encarceradas não eram consideradas público prioritário no plano das políticas públicas do país, de tal maneira que os presídios femininos surgiram há aproximadamente um século, após a criação da prisão masculina, o que reforça os “[...] estereótipos de gênero, pois as primeiras instituições penais femininas no país eram vinculadas a ordens religiosas como espaços de purificação das mulheres criminosas” (JESUS; LERMEN, 2013, p. 4).

Desde lá, as mulheres encarceradas sofrem com a ausência de garantias fundamentais, haja vista que o sistema prisional não está preparado para recebê-las, ofertando um tratamento ainda pior do que é direcionado aos homens. Com isso, a estigmatização imposta a estas mulheres é um fato que marca toda a história, pois são caracterizadas como mulheres, esposas e/ou mães maldosas (SANTORO; PEREIRA, 2018).

Ademais, a forma que as mulheres encarceradas constituem os vínculos nas suas relações familiares, bem como o seu envolvimento com o crime, difere com a realidade dos homens privados de liberdade. E quando o Estado pune o criminoso, apenas lhe é privado (ou deveria ser) o direito à liberdade, os demais direitos devem ser preservados para que o Estado não viole a garantia dos Direitos Humanos, o que no Brasil não ocorre no sistema prisional (SANTORO; PEREIRA, 2018).

Em que pese o aumento da população prisional feminina ainda traga números muito distintos do masculino no Brasil, são as mulheres presas as mais inviabilizadas, visto que “[...] sofrem um certo esquecimento no que diz respeito as ações de políticas públicas, em geral passam pelo que lhes causam mais dor, o esquecimento da família” (CARVALHO; JARDILINO, 2019). Os autores também apontam que são as mulheres presas as que mais sofrem pois há por parte da sociedade um estigma para com mulheres que praticam delitos, em especial aqueles mais graves e que têm penas mais longas.

Nessa perspectiva, Jesus (2018) relata que as mulheres sofrem violações de direitos dentro da prisão, visto que entre outras garantias mínimas relacionadas à sua característica de gênero, não recebem, por exemplo, absorventes, uma das

necessidades básicas para a manutenção da saúde da mulher, que necessitam improvisar utilizando miolos de pães enrolados, papéis higiênicos, dentre outros. Assim, “[...] a situação das mulheres encarceradas sofre uma dupla invisibilidade, tanto pela da prisão quanto pelo fato de serem mulheres” (BORGES, 2018, p. 58).

Nota-se, quanto à garantia ao direito à amamentação, que muitos recém-nascidos são separados das mães, após o nascimento. Por conseguinte, as mulheres presas gestantes, além de vivenciar uma gestação agitada e sem os devidos cuidados à saúde, necessitam também lidar com os medos e as tristezas em saber que não participarão da criação dos filhos, tendo que se separar dos mesmos ainda bebês (JESUS, 2018).

Assim, as superlotações dos presídios, delegacias e penitenciárias demonstram a fragilidade do Estado no processo de cumprimento da pena dos presos de uma forma geral e das mulheres presas em sua (falta de) especificidades. Contudo, a dignidade humana está prevista na Constituição de 1988, portanto, ainda que encarcerados, os direitos humanos precisam ser assegurados, não possuindo justificativa para as más condições das instituições prisionais brasileiras (WELTER, 2013).

Em relação ao tratamento desumano dos presídios brasileiros em geral, Sávio Guimarães Rodrigues aponta que independentemente das legislações brasileiras os relatórios do DEPEN demonstram que nenhum presídio atende à previsão legal.

Em muitos casos, verificou-se não haver sequer acesso à água, seja para higiene seja para o consumo vital. As denúncias de estruturas prediais precárias, com presença de lixo, esgoto, insetos, por vezes alagamentos, muito calor, sistemas elétricos e sanitários em colapso. A isto se acrescenta o oferecimento de comida de baixa qualidade ou em baixa quantidade (RODRIGUES, 2011, p. 15).

Ressalta-se que são corriqueiros outros tipos de denúncias, como por exemplo a existência de mulheres confinadas em celas com homens, superlotadas, sem condições precárias, sem higiene e ventilação, além de estupros e outros tipos de violências executados, inclusive, por agentes penitenciários. Na realidade, nota-se uma naturalização do crime em todas as esferas sociais, pois vivencia-se uma crise estrutural munida de problemas como fome, corrupção, desigualdade social e analfabetismo, a qual a criminalidade, no Brasil, acaba sendo apenas um problema dentre outros (WELTER, 2013).

Desta maneira, Camargo (2006) chama a atenção sobre a importância de mudanças no sistema prisional, tendo em vista que as penitenciárias utilizam modelos que não condizem mais com a legislação vigente. A necessidade de modernizar o

sistema carcerário, com a construção de instituições que possibilitem o alcance dos direitos humanos, seja por meio de assistência jurídica adequada, melhoria na atenção médica, social e psicológica, seja aprimorando projetos que visem o trabalho social dos presos e presas, com apoio à reintegração social, bem como garantias ao retorno do/a ex-presidiário/a ao mercado de trabalho (WELTER, 2013).

No decorrer do tempo, com as lutas feministas, as mulheres foram adquirindo direitos no sistema prisional, mas percebe-se que as condições impostas no encarceramento, ainda, são inadequadas e insalubres (JESUS; LERMEN, 2013). Recentemente, pode-se apontar algumas políticas públicas que foram elaboradas para atendimento ao sistema prisional e, em especial, às mulheres presas. Temos na última década, a construção dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões (2011), da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (2014), da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (2014) e da Política Nacional de Trabalho Prisional (2018)³.

Como políticas muito recentes, não há ainda estudos consistentes sobre o impacto das mesmas no sistema prisional, como o realizado por Calcagno (2019) ao analisar a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (2014). Para a autora essa política remaneja uma ótica diante das mulheres encarceradas ao somar objetivos pautados na prevenção em face da violência contra as presas. Mas também pontuam Carvalho e Jardimino (2017) que apesar de haver muitas teses sobre o sistema prisional brasileiro, as mulheres têm tido pouca visibilidade nas investigações acadêmicas. Nas pesquisas feitas para esse texto, há no caso das mulheres negras uma invisibilidade ainda mais acentuada.

Ainda sobre as violências específicas vivenciadas por mulheres presas, o Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade aponta que no Brasil, as mulheres de cor/etnia parda correspondem a um percentual de 48,04%, já 35,59% estão relacionados às mulheres brancas e 15,51% referem-se às mulheres presas pretas. Portanto, ao somar as mulheres pretas e pardas, resulta o percentual 63,55% da população carcerária feminina brasileira (BRASIL, 2017).

Como bem descreve de Silva (2021), o encarceramento da população negra possui sua estrutura ancorada no sistema escravo, o qual determinou a desigualdade, sendo os negros sujeitos a estruturas inadequadas, dominação socioeconômica e

³ Como é possível identificar no ano de elaboração das políticas sinalizadas, percebe-se que, além de serem recentes, são muito específicas para as questões relacionadas à saúde, ao trabalho e à educação e sem focos específicos para o recorte entre gênero e raça.

preconceitos, devido a sua cor de pele, deixando evidente a existência da seletividade penal e o racismo estrutural.

Segundo o relatório mulheres em prisão, realizado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos e Oak Foundation (2017), em relação aos marcadores de raça/cor, os dados demonstram a seletividade do sistema prisional, haja vista que a maioria das mulheres encarceradas morarem em locais com grande vulnerabilidade social, ainda são as negras que ocupam 53% das penitenciárias brasileiras, enquanto 40,4% são brancas.

Cumprе mencionar a ponderação feita pela Djamila Ribeiro, acerca da vulnerabilidade social da mulher negra:

Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país (RIBEIRO, 2017, p. 25, grifo nosso).

Nesse sentido, pontua Jesus (2018) que a maioria das mulheres negras encarceradas possui uma história de vida marcada de abandonos afetivos, falta de estrutura familiar e violência, além de vivenciar uma realidade difícil devido ao sistema que as subestimam desde o nascimento, marginalizando sua essência.

Com efeito, ao analisar os dados expostos no Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade constata-se que “[...] a maioria das custodiadas, são jovens, pretas e pardas, pobres e com baixa escolaridade. Do total de mulheres custodiadas no Brasil, 60% foram presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas” (BRASIL, 2017, p. 72).

Algumas pesquisas nacionais apontam que o perfil das mulheres encarceradas se constitui por mulheres com idades entre 18 e 35 anos, negras ou pardas, com baixa escolaridade e de maioria com ensino fundamental incompleto, mães solteiras de em média dois a três filhos, e com histórico de vulnerabilidade social (BRASIL, 2014; CAVALLI; XAVIER; WEBER, 2018; BOMFIM DE FRANÇA; PEREIRA; GALVÃO, 2021). As autoras também apontam que a maioria é provedora do sustento familiar, com grande

dificuldade de encontrar empregos, e que encontram no crime um meio de prover a sua família o mínimo para sobrevivência.

Outra questão que merece atenção é que mesmo quando o sistema penal consegue alcançar a população branca, acaba disseminando e preservando práticas violentas vivenciadas pelos negros, bem como resignando um racismo institucional que decorre da adequação dos modos de agir das instituições, repetindo atos violentos, discriminatórios e abusivos contra uma classe socialmente desfavorecida historicamente (FREITAS, 2021).

Segundo o observatório das desigualdades (2020), os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública demonstram o aumento das mulheres encarceradas brasileiras com aproximadamente 675%, desde o começo do milênio, por sua vez, no fim de 2017 foram 37.828 detentas, representando um aumento de 5,4 vezes maior na taxa de prisões femininas do que os dados apontados em 2000.

A partir das discussões já realizadas é perceptível que o encarceramento é a ponte das desigualdades sociais, já que os sujeitos presos são claramente aqueles que já vivenciaram situações de exclusão social e as condições atuais do sistema prisional brasileiro também contribui, uma vez que não oferece condições dignas ao ser humano, reforçando a invisibilidade deste público vulnerável (MIYAMOTO; KROHLING, 2012).

Deste modo, o passado tem revelado que a invisibilidade ceifa vidas. Assim, a observação essencial a ser feita é captar que, quando à população negra está clamando pelo direito à voz, ela está clamando pelo direito de, simplesmente, viver (RIBEIRO, 2017, p. 26).

Sob esse viés, com base nas discussões de Maria Lugones (2014), depreende-se que as lutas das mulheres não brancas estão atreladas ao movimento do feminismo descolonial⁴, o qual denuncia os diversos tipos de opressão vivenciado por este grupo vulnerável, uma vez que a historicidade escravista vem sendo reforçada ao longo do tempo.

Atenta-se que, no cenário brasileiro, o racismo funciona como uma ligação entre punição, prisão e pessoas negras, corroborando para uma cordialidade entre os modos de castigos físicos e reprodução do controle público dos negros, em especial, através

⁴ “Não há consenso quanto ao uso do conceito decolonial/descolonial, ambas as formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos. Maria Lugones, Aníbal Quijano, entre outros autores, utilizam descolonialidade, porém grande parte dos pesquisadores utilizam decolonialidade” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 4).

da segurança pública e justiça criminal. Teoricamente, as prisões renovam os saberes sobre relações raciais e raça, no tempo em que exprimem construções sociais engendradas, desde a experiência colonial, onde o controle, castigos físicos, desumanização e superexploração eram exaltados. Além disso, também realizam a manutenção da representação negativa (estereótipos) das pessoas negras, as quais são “públicos preferenciais” do sistema prisional brasileiro (FREITAS, 2021).

Sendo assim, a lógica patriarcal, racista e de opressão de classe, além de outras formas discriminatórias, ocasionam as desigualdades que organizam o posicionamento referente a mulheres, raças, etnias, classes, entre outros (CRENSHAW, 2002).

Considerações que não são finais

Ao longo da história, mulheres sempre foram marcadas pelo sofrimento e pela marginalização, ainda mais, quando se trata da trajetória social e econômica da mulher negra.

Verificou-se, por intermédio dos dados expostos e da revisão bibliográfica, que as mulheres negras estão na base da pirâmide social, sendo o racismo, a violência de gênero e a pobreza, questões recorrentes nas vidas destas mulheres.

Outrossim, o princípio constitucional da igualdade, tão aclamado por visar a proteção contra o tratamento discriminatório e humilhante, permanece inerte diante das mulheres negras que cumprem pena no sistema prisional brasileiro.

Não há novidade em apontar o esgotamento do sistema penitenciário brasileiro, a superpopulação, a violação de direitos humanos e a tentativa frágil do estado e dos governos a criação de políticas mais consistentes e de programas que viabilizem o sentido da pena com garantia dos direitos humanos.

Sendo assim, enxergar milhares de mulheres vulneráveis, que estão no outro lado do muro, presas e invisíveis à sociedade, é imprescindível para construção de uma consciência social, tomando como base o entendimento de que, na verdade, a maioria das mulheres presas é fruto de uma herança escravista, baseada em padrões hegemônicos, desigualdade social e diversos tipos de opressões.

Percebe-se o quanto é importante acreditar na força e na resistência negra, como medida para a transformação social, que busque combater o racismo estrutural e a cultura patriarcal, assegurando a igualdade de gênero e racial.

Logo, torna-se urgente estudos mais aprofundados sobre o processo de encarceramento de mulheres negras para refletir e compreender a necessidade de

implementação de políticas públicas efetivas voltadas a garantir o alcance das especificidades da mulher negra encarcerada, já que sua experiência de vida sempre foi pautada no isolamento e na exclusão.

Assim, a aplicação de políticas e ações que visem não somente a reinserção da mulher negra, mas também a sua permanência no meio social, é primordial para reafirmação da sua identidade e reconstrução de um caminho digno e justo.

Referências

ARAÚJO, M. DINA ALVES: “O cárcere é a maior expressão do racismo”. **Pastoral Carcerária**, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/dina-alves-o-carcere-e-a-maior-expressao-do-racismo>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – Infopen Mulheres. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2014. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade**. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017. [Organizado por Marcos Vinícius Moura Silva]. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BOMFIM DE FRANÇA, A. M.; PEREIRA, J. B.; GALVÃO, V. K. Territorialidades, mulheres e cárcere. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 17-25, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/8861>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

CALCAGNO, S. C. Legislação Da Saúde Prisional Em Análise. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 5, n. 4, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1346>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CARVALHO, O. F. de; JARDILINO, J. R. L. A invisibilidade da mulher no sistema prisional brasileiro: esquecidas no tempo e no espaço. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/46784>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

CAVALLI, L.; XAVIER, S. C.; WEBER, S. da S. Situação carcerária feminina. In: Congresso de Direitos Humanos da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG), 2, 2018. **Anais...**, Caxias do Sul, RS. Disponível em: <<http://fsg.br/congressodedireitoshumanos>>. Acesso em: 22 out. 2019.

CHERNICHARO, L. P. **Sobre Mulheres e Prisões**: Seletividade de Gênero e Crime de Tráfico de Drogas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Direito, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/chernicharo_mestrado_direito_trafico_mulheres_prisoas_ufrj_2014.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FREITAS, F. S. Vidas Negras Encarceradas: a pandemia nas prisões brasileiras. **Boletim de Análise Político-Institucional IPEA**, Brasília, n. 26, p. 29-36, mar. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10518/1/BAPI_26VidasNegras.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2021.

INFOPEN. **Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade**. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) – junho de 2017. Organização: Marcos Vinícius Moura Silva. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

JESUS, A. S. L. **Mulheres encarceradas**: a realidade das mulheres negras nos presídios brasileiros. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <<http://ri.ucs.br:8080/jspui/bitstream/prefix/582/1/TCCANDRESAJESUS.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

JESUS, L. O.; LERMEN, H. S. Mulheres e políticas de saúde no sistema prisional do rio grande do sul. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386686774_ARQUIVO_LucianaOliveiradeJesus.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo Descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, set./dez., 2014.

MENEZES, Nilza et al. Empoderamento e feminismo negro: decolonizando epistemologias e mentalidades. **Mandrágora**, v. 26, n. 1, p. 225-232, 2020.

MIYAMOTO, Y.; KROHLING, A. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.40, p. 223-241, jan./jun., 2012. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/e4a2/1a4b7370b27673e88cb4a4de678181b4dd2b.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

NOGUEIRA, F. de F. V.; GOROMAR, J. de M. Do invisível labirinto da colonialidade à possibilidade de um feminismo decolonial: resenha da obra de Françoise Vergès. **Cad. Pagu**, v. 62, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/N6jXmWBqRgdJy9Z3nvcPKcG/?lang=pt#>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. **Uma Breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: Masp Afterall, 2019. Disponível em: <<https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, S. G. O núcleo essencial dos direitos fundamentais e o sistema carcerário brasileiro.

Revista da Faculdade de Direito da UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 20, 2011. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1513>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SANTORO, A. E. R.; PEREIRA, A. C. A. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 87-112, jan./jun., 2018. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5768805/mod_resource/content/1/Antonio%20Eduardo%20Ramires%20Santoro%20e%20Ana%20Carolina%20Antunes%20Pereira%20-%20Genero%20e%20prisao%20-%20o%20encarceramento%20de%20mulheres%20no%20sistema%20penitenciario%20brasileiro%20pelo%20crime%20de%20tráfico%20de%20drogas.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SANTOS, C. A. S. **Ó Pa Í, Prezada!** Racismo e Sexismo Institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador. Dissertação (mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

SANTOS, S. M. M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun., 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SILVA, L. J. **Racismo estrutural no sistema penitenciário brasileiro**. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em:

<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/19392/1/Monografia%20RUNA.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

WELTER, M. E. **A mulher no sistema prisional brasileiro**. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa, 2013. Disponível em:

<<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2102/Maria%20Estela%20Welter.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

A Saúde Emocional e o papel do CEEGED-UNILA para uma prática acolhedora e abordagem de gênero pelo viés interseccional em ambiente universitário marcado pelo paradigma da decolonialidade

Renata Peixoto de Oliveira^{*}

Maria Aparecida Webber^{**}

Carla da Conceição Mores Gastaldin^{***}

Introdução

O CEEGED-UNILA lida com o enfrentamento cotidiano de diferentes formas de violência e opressão, e, assim, compreende este debate a partir da proposta decolonial e interseccional, se propondo a realizar atendimentos e acompanhamentos que dignifiquem a condição humana da mulher, priorizando sua saúde emocional e formas de acolhimento que rompam com o ciclo de violências sucessivas e justapostas às quais são cotidianamente expostas nas sociedades e no meio universitário.

Em função dessa atuação, o texto nos guia em um verdadeiro relato de experiência do comitê de gênero e diversidade da UNILA, no que tange, de modo mais particular, a sua contribuição para o debate em torno da saúde emocional da mulher e de como

^{*} Doutora em Ciência Política pela UFMG. É professora permanente do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPG-PPD) e docente do curso de Relações Internacionais e Integração. Além de líder de grupo de pesquisa Centro de Estudos Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI-América do Sul) da UNILA.

E-mail: renatapeixoto.rii@gmail.com

^{**} Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná (PPGA – UFPR). Atua como servidora técnica em Educação na UNILA.

E-mail: webber.cidamaria@hotmail.com

^{***} Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Especialista em Políticas Públicas para a Infância e Adolescência pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Possui os títulos de Psicóloga e Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2005). É servidora da UNILA, atuando como Psicóloga.

E-mail: carla.gastaldin@gmail.com

práticas, protocolos, dinâmicas e atendimentos que se coloquem de forma compreensiva, empática, sem julgamentos, humanizada e acolhedora podem contribuir para um caráter libertador, não apenas em relação aos traumas e problemáticas vividas e apresentadas, mas também para a libertação de padrões que contribuem para o estabelecimento de um sistema pautado no machismo estrutural e institucional que permeia o patriarcado.

Neste trabalho, discorreremos sobre a atuação do comitê trazendo o debate para as interfaces entre ações voltadas para a saúde emocional das atendidas e os debates decolonial e interseccional que marcam os feminismos plurais, contribuindo não apenas para um olhar sobre a questão, mas para entendermos o peso destas reflexões em uma instituição que pretende romper com paradigmas hegemônicos como é o caso da UNILA.

Debate decolonial e interseccional: contribuições para se pensar as diferentes interfaces da saúde emocional

O projeto de modernidade europeu aportou em Aby Ayala promovendo o genocídio dos povos originários e o solapamento de civilizações em termos de cultura, religiosidade e tecnologias, ou seja, cosmovisões distintas foram substituídas por uma lógica, por um ponto de vista centrado na cultura do povo dominante e invasor. O grupo Modernidade e Decolonialidade vem alcançando, desde os idos de 1990, propor reflexões inovadoras que vão além das reflexões antes já plasmadas pelo pensamento pós-colonial nas ciências humanas, de maneira geral. Dentre os aspectos que são considerados basilares do pensamento decolonial, questões referentes à gênero e raça são postos como elementos de uma estrutura societal e de um modo de vida altamente hierarquizado. É dessa forma, que as normatividades se reforçam e estabelecem formas distintas de violência e opressão, desde físicas até aquelas que permeiam o campo das subjetividades.

Interessa-nos apontar, assim, a relevância de uma abordagem que considere relevante a tentativa de estabelecer serviços de atendimentos e acolhimentos que tenham uma perspectiva de gênero, a necessidade de um olhar interseccional, e que compreenda a relação entre diferentes dimensões, condições e questões, como, por exemplo, a relação entre gênero e raça, debate proposto no âmbito do feminismo negro estadunidense em meados do século XX. Além disso, ressalta-se esse prisma interseccional como condizente a decolonialidade e à necessidade de olhar para os elementos e componentes que persistem existindo, mesmo findo o período colonial em

nossas sociedades. Assim como outras nações deste continente, da Ásia e da África, a sociedade brasileira é profundamente marcada por esta experiência colonial que edificou uma estrutura marcada pela exclusão social, pelo preconceito racial, pelas desigualdades econômicas e regionais e pela desigualdade de gênero.

A situação de submissão e subalternidade das mulheres é bem anterior ao sistema colonial erigido por europeus quando do período das grandes navegações e das chamadas, de forma errônea, descobertas, já que o patriarcado marca a experiência humana, talvez, sendo a forma mais antiga de opressão, comum a diferentes povos e em diferentes períodos. Com a experiência colonial, tivemos a interseção das diferentes formas de opressão, principalmente, se considerarmos o papel das mulheres indígenas e africanas. Como citado anteriormente, mesmo após a emancipação política dos Estados nacionais latino-americanos, a influência colonial persiste nas diversas estruturas da vida, o que Quijano (2005) denomina como colonialidade do poder. É isso que precisamos entender e considerar ao nos voltarmos para a violência de gênero.

A partir das contribuições de outros autores e autoras do grupo de intelectuais, como Maldonado-Torres (2007), Mignolo (2003; 2010), entre outros, ocorre o alargamento desse conceito, abarcando, dentre as suas esferas, o controle do gênero e da sexualidade, na tripla dimensão do “poder, saber e ser” (BALLESTRIN, 2013, p. 11).

Desde nossa condição colonial inicial, o patriarcado imperante qualificou as mulheres a um lugar de menor prestígio, lançando em especial as mulheres negras e indígenas ao último lugar da base da pirâmide social. Entende-se, portanto, que dentro do recorte de gênero, faz-se essencial a abordagem interseccional, que irá considerar estes outros marcadores sociais na compreensão mais complexa e completa possível de quem se é.

A psicologia é parte das ciências humanas e contribui enormemente na complexificação dos sujeitos e das sujeitas, uma vez que os/as olha de forma também a entender sua relação com o entorno, o papel da sociedade, das instituições e da cultura, e, assim sendo, precisamos também pensar a saúde emocional, o bem-estar e a saúde mental considerando-se não apenas aspectos individuais ou familiares, mas os elementos que constituem sociedades que desagregam, excluem, rotulam, oprimem, desvalorizam, objetificam e desumanizam determinados grupos e seguimentos, principalmente, por questões étnico-raciais e de gênero.

Estas questões balizaram a luta por equidade de gênero dentro da universidade, e, no caso da UNILA, ensejaram na aprovação da Política de Equidade de Gênero – PEG, por meio da Resolução CONSUN nº 18 de 2017 (UNILA, 2017) e, posteriormente,

conforme previsto, na constituição do Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade pela Portaria de número 615 do ano de 2018 (UNILA, 2018), que será melhor detalhado na próxima seção.

A atuação do comitê se pauta por diferentes eixos temáticos, dispostos de forma transversal e que refletem uma visão interseccional sobre o que se entende pela busca da promoção da equidade de gênero em respeito aos diferentes tipos de diversidade.

As ações da Política de Equidade de Gênero da UNILA estão direcionadas por 4 eixos temáticos: Violência de gênero; Maternidade e Paternidade; Direitos da Comunidade LGBTQIA+; e Relações Étnico-raciais.

O eixo estruturante do tema de violência de gênero, explicita como meta o

[...] combate a qualquer ação ou conduta que atente contra a vida, a integridade física ou emocional ou a liberdade sexual e que tenha sido realizada tomando em consideração o sexo, a orientação sexual e/ou a identidade de gênero; bem como a criar mecanismos institucionais de assistência às mulheres vítimas de violência, observando-se o disposto na Lei nº 11.340/06 (UNILA, 2017).

Já o eixo “maternidade e paternidade” objetiva “incorporar as questões da maternagem e paternagem no cotidiano acadêmico” (UNILA, 2017), inferindo no compromisso de uma organização física/material da Universidade, bem como a inclusão da pauta dentro das políticas de permanência estudantil, bem como a adequação das exigências para progressão nas carreiras integrantes no corpo de servidoras e servidores (docentes e técnicos administrativos em educação).

A comunidade LGBTQIA+ está incluída como um eixo específico em razão da visibilidade necessária ao debate sobre os direitos desse grupo. O texto da PEG prevê a criação de mecanismos institucionais que previnam e enfrentem a violência e a discriminação contra a comunidade acadêmica de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, além de fomentar ações de empoderamento dessa parcela da comunidade acadêmica.

O eixo estruturante das relações étnico-raciais marca o combate ao preconceito racial e étnico institucionalizado e simbólico, a fim de garantir “[...] a existência de condições de equidade nos diversos aspectos da vida acadêmica” (UNILA, 2017).

Note-se que o tema da violência está presente em todos os eixos de alguma forma, sendo considerado, portanto, um tópico prioritário para atuação do Comitê. As

violências possuem um impacto direto na saúde emocional da comunidade. Vale lembrar que, segundo Saffioti (2015, p. 79) “[...] as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente”.

É importante ressaltar que

[...] o respeito à diversidade cultural latino-americana nas suas construções sociais relacionadas à identidade sexual e de gênero, bem como todas as complexas relações tramadas a partir dessas construções, é um dos princípios da PEG e orienta as ações do CEEGED na busca de uma universidade mais plural, inclusiva e, ao mesmo tempo, una e diversa (GASTALDIN; WEBBER, 2020, p. 11).

A amplitude dos eixos constantes na PEG é, pois, também atravessada pela diversidade de pessoas presentes no cenário intercultural da universidade, o que infere a necessidade de uma escuta plural, incluindo as vozes *bajas* das coletividades (BIDASECA, 2011), muitas vezes abafadas por narrativas hegemônicas e homogeneizantes.

Saúde emocional, acolhimento e acompanhamento: o CEEGED e o enfrentamento do machismo estrutural e institucional

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) nasceu com uma missão e um propósito, o de promover a integração entre os povos, a valorização da cultura e das identidades dos diferentes povos da América Latina e do Caribe e o de oferecer uma educação que pudesse romper com os padrões coloniais, pensando formas de inclusão e democratização do ensino e a promoção de um ambiente multicultural, pautado na interdisciplinaridade, no plurilinguismo e em diferentes tipos de saberes que superam o tradicional conhecimento acadêmico-científico do mundo universitário. Desta forma, a instituição busca, passados mais de dez anos de existência, garantir a presença de estudantes oriundos(as) de diferentes partes do continente, além de instituir programas específicos para o ingresso de pessoas refugiadas ou com visto humanitário, por exemplo.

Em um ambiente que persegue a igualdade e a equidade como lema, nada mais natural que as lutas de coletivos feministas, étnico-raciais, LGBTQIA+, entre outros, levassem a canalização de demandas em torno da desigualdade e violência de gênero, bem como o tema da diversidade para a construção da Política de Gênero na UNILA

(PEG). E esta política, aprovada em 2018, pelo Conselho Universitário, não tendo uma estrutura administrativa completa para seu acompanhamento, fez surgir um espaço para zelar pela sua execução e promoção, qual seja, o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade – o CEEGED-UNILA:

Devido à latente necessidade de uma instância que envolvesse a comunidade universitária na luta pela equidade de gênero, estimulando uma cultura de combate ao preconceito, à discriminação, à violência de gênero e promovendo o acolhimento da diversidade, o CEEGED foi criado (GASTALDIN; WEBBER, 2020, p. 7).

Este comitê é responsável por acolher, por ser a porta de entrada, tanto para mulheres quanto para o público LGBTQIA+, nessa instituição. E, além disso, os quatro diferentes eixos temáticos anteriormente explicitados se relacionam com a área de atuação principal do comitê, ao mesmo tempo que aponta ao reconhecimento de um prisma interseccional, ainda mais necessário em realidades marcadas por uma herança colonial, conforme já comentado.

Atualmente, o CEEGED é formado apenas por servidoras de modo a garantir não apenas a representatividade de gênero, mas propiciar um atendimento especializado, por uma equipe multidisciplinar de referência e identificação.

Diante do exposto, se faz necessário relatar como o CEEGED trabalha no sentido do acolhimento e do acompanhamento, primando pela saúde emocional, das pessoas atendidas, dessa forma visando não apenas o atendimento individualizado, mas a construção mesma de uma cultura que permita enfrentar o machismo estrutural que marca nossas sociedades, bem como o machismo institucional que está presente no mundo científico, acadêmico e no ambiente universitário, onde o comitê atua.

É fundamental explicar que o comitê de gênero de uma universidade não atua no sentido policialesco, não é uma instância judicial ou justiceira, tendo sua área de atuação circunscrita aos limites físicos e legais da instituição a qual pertence. Ademais, o afastamento deste caráter investigativo é o que permite ao CEEGED ser uma instância de referência para o acolhimento e apoio psicológico das pessoas em situação de violência de gênero, em especial às mulheres. Assim, o comitê configura-se em um espaço seguro, onde as demandas recebidas pelas mulheres¹, da comunidade

¹ O CEEGED visa atender um público mais amplo, considerando-se seus eixos de atuação, contudo, até o presente momento, as experiências de atendimento e acolhimento, em específico, se deram, sobretudo com as mulheres, cisgênero e heterossexuais.

acadêmica podem ser abertamente debatidas, com a segurança do respeito às decisões da mulher sobre a forma de condução de suas histórias – já que procurar o comitê não configura um registro formal de denúncia, o que poderia inibir grande parte das iniciativas de busca de auxílio por parte das mulheres. Este é um movimento essencial para a atuação do CEEGED no enfrentamento à violência, pois, como convida Bell Hooks (2020) é preciso conectar o pensamento feminista às problemáticas da violência.

Além disso, a configuração voltada ao acolhimento, apoio, orientação e encaminhamento de casos, permite também ao comitê atuar enquanto instância consultiva na construção de documentos, processos e procedimentos institucionais relacionados às questões de gênero – já que, mais uma vez, o debate aberto não está ligado a formalização de denúncias, às quais, naturalmente, se associariam a desdobramentos de cunho administrativo e, possivelmente, disciplinar.

O comitê de gênero da UNILA, portanto, nasceu para garantir a observação e a implementação da “Política de Equidade de Gênero” da instituição em seus diferentes eixos temáticos e interseccionais. Seu papel é de orientação, é informativo, educacional, seja considerando-se as possibilidades de eventos e atividades, campanhas e iniciativas voltadas para o público interno como também para a comunidade externa, através das parcerias estabelecidas com diferentes instituições e pela participação efetiva na Rede Municipal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da cidade de Foz do Iguaçu-PR.

Caso se apresente na universidade alguma situação de revisão de normativas e regulamentos ou construção de documentos, funcionamos como órgão consultivo e assessor. As membras do comitê ocupam as cadeiras destinadas à representatividade de temas sobre gênero e diversidade em diferentes comissões ou conselhos, a depender das demandas institucionais. Destaca-se a participação do CEEGED no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Foz do Iguaçu (CMDM) e no Grupo de Trabalho para a Elaboração da Política de Ações Afirmativas no âmbito da UNILA. Sobretudo, quando alguém da comunidade acadêmica necessita de orientações, deseja relatar alguma situação de violência ou abuso e busca por ajuda, encontra no comitê o local do acolhimento, do atendimento humanizado e especializado em lidar com questões de gênero e diversidade, seja esta pessoa docente, discente ou técnica administrativa em educação (TAE).

Os acolhimentos e atendimentos são agendados via correio eletrônico e a pessoa a ser acolhida tem a oportunidade de adiantar ou já expor parte da situação vivenciada na mensagem eletrônica encaminhada, se assim preferir. Em tempos de trabalho

presencial, havia a possibilidade de a comunidade, no horário de atendimento ao público externo, previsto, se dirigir à sala do CEEGED, seja para buscar informações, orientações e encaminhamentos como para buscar acolhimento em caráter emergencial ou mesmo agendar seu atendimento.

Conforme indicado, a equipe do comitê de gênero da UNILA é multidisciplinar e o primeiro contato em busca de acolhimento pode se dar com uma ou mais servidoras lotadas no comitê, que receberão a demanda apresentada e prestarão orientações, através de um processo que denominamos internamente como “*acolhimento*”. Já o serviço psicológico é agendado separadamente e o atendimento possui caráter sigiloso, pois o conteúdo trabalhado fica restrito somente à psicóloga e à pessoa atendida. Esse serviço nomeamos como “*apoio psicológico*” e/ou “*atendimento*”. As pessoas atendidas pela psicologia do CEEGED são aquelas que apresentam demandas relacionadas às questões de gênero. Aquelas que preferirem buscar diretamente (ou exclusivamente) o apoio psicológico, podem agendar atendimento através do correio eletrônico da nossa profissional em Psicologia.

Quando surgem, durante o apoio psicológico, demandas de atuação do CEEGED frente às questões trazidas em atendimento, a pessoa acompanhada é orientada a encaminhar a demanda em separado para o correio eletrônico do CEEGED, pois trata-se de assunto institucional, que ultrapassa o *setting* psicológico.

Já no ambiente remoto (online), possibilitado pelo uso de plataformas seguras, todos os agendamentos do CEEGED são exclusivamente feitos por correio eletrônico. Da mesma forma, durante a pandemia a psicóloga trabalha através de encontros virtuais, que permitem uma escuta qualificada da demanda trazida pelos membros da comunidade acadêmica – especialmente pelas mulheres, que são o principal público atendido pelo CEEGED. Parte deste acompanhamento implica em orientar as pessoas atendidas aos serviços prestados pela rede municipal de apoio em Foz do Iguaçu, com destaque ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), por realizar um “[...] atendimento baseado na perspectiva de gênero” (HICKMANN, 2019, p. 67). Considerando a condição fronteira do município, eventualmente faz-se presente a necessidade também de informar à comunidade sobre os serviços existentes nas cidades do nosso entorno, incluindo Puerto Iguazú (na Argentina) e Ciudad del Este (no Paraguai), bem como os canais nacionais de denúncia e acolhimento daqueles países.

É importante frisar que o comitê busca um atendimento diferenciado, compreensivo, empático e, em função disso, as servidoras que fazem parte do CEEGED

também realizaram e buscam sempre capacitações que versem sobre a temática, mas também diferentes tipos de abordagem e interação, propiciadas por formações em Comunicação Não Violenta (CNV), por exemplo, base das atuações de órgãos judiciários que atuam no sentido da Justiça Restaurativa, mas que também é uma ferramenta aplicada no ambiente organizacional e educacional, como é o nosso caso. A CNV foi criada por Marshall Rosenberg (2006) e é considerada uma técnica, um conjunto de ferramentas no campo da linguagem e da comunicação interpessoal no qual a empatia, a escuta atenta e a conexão entre as necessidades e os sentimentos das pessoas envolvidas se torna o elemento central para uma comunicação mais assertiva. A abordagem é buscada em formas de evitar e solucionar ou mediar conflitos, mas também para a promoção de atendimentos mais humanizados, eficazes e reconfortantes.

A UNILA experienciou um projeto chamado Universidade Restaurativa, em vigor entre os anos de 2017 e 2018 e articulado a partir da Comissão de Ética e da Ouvidoria institucionais. Durante este período foram realizadas capacitações, cursos, encontros, círculos restaurativos e seminários sobre o tema. Em 2019, o projeto foi premiado em Brasília, no âmbito do 5º Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética, promovido pela Comissão Nacional de Ética Pública. As servidoras do CEEGED participaram de diversas atividades, no período indicado. Posteriormente, a UNILA também ofertou um curso sobre CNV aos seus servidores e servidoras.

No ano de 2020, o CEEGED elaborou e apresentou à universidade a proposta de um “Programa Institucional de Incentivo à Adoção de uma Comunicação Não-violenta (CNV) no Âmbito da UNILA”, tendo como foco o enfrentamento ao *Cyberbullying*. Desde o início da pandemia, o comitê reforçou sua atuação através de campanhas educativas, através de eventos como oficinas, cursos, oferecidos ao público interno e externo à universidade, assim como este tem sido um momento para que sua equipe realize formações e capacitações que seguirão sendo fundamentais para a realização dos acolhimentos. É preciso transformar a realidade e a prevenção e educação são armas poderosas no combate à violência de gênero.

Só teremos condições de avançar e, de fato, contribuir para a saúde emocional das mulheres se tivermos um olhar que rompa com a cadeia de julgamentos pautada em lugares fixos, regras de comportamento e visões sobre o que significaria ser uma mulher. É urgente a abertura e desconstrução do que socialmente é posto como permitido, desejável ou aconselhável para desempenhar bem, aos olhos da sociedade, este papel. Somente assim também será possível compreender as dimensões do racismo como elemento de exclusão, de violência perpetrado contra estes corpos e que

somados a isso, outros elementos ganham contorno como a classe social e a origem e nacionalidade, em tempos e em uma instituição que nasceu com vocação internacional e recebe milhares de pessoas migrantes.

Assim como o sociólogo Durkheim (2004) olhou para o fenômeno do suicídio no século XIX apontando suas causas sociais e não os aspectos individuais, precisamos olhar para o sofrimento das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, da população negra, indígena, quilombola, com deficiência e imigrante entendendo que suas dores e dificuldades, seus dilemas e problemas, não refletem apenas questões individuais, de caráter e personalidade mas, sobretudo, refletem as condições sociais desses indivíduos marcados e marcadas por constantes violências. Faz-se necessário ressaltar que essas violências atravessam gerações e marcam todo o seu contexto familiar e comunitário porque são violências contra o que essas pessoas representam, os papéis que se impõe socialmente a serem representados por essas pessoas.

Nas sociedades modernas contemporâneas como as nossas e em ambientes como o meio acadêmico, essas exclusões se reforçam e os avanços em termos de acesso e representatividade, de equidade e justiça, bem como identidade para estes grupos, gera tensões, conflitos, reações adversas para manter o status quo, para se manterem privilégios e espaços de poder, o que gera mais violência sobre estas mentes e corpos e, assim, mais sofrimento psíquico e emocional. As injustiças, as violências, as exclusões, as desigualdades diversas, as discriminações, o discurso de ódio, o assédio de diferentes formas, acomete de modo sistemático, mais frequente e com mais intensidade a determinados grupos presentes em sociedade, o que faz cair por terra um discurso meramente procedimental de igualdade jurídica e política em regimes democráticos liberais, escancarando a necessidade de avanços substanciais para a garantia de justiça, equidade, liberdade concretas para diferentes setores e populações. É justamente na medida em que se dão conta destas desigualdades e decidem lutar por espaço que muitas pessoas se dão conta das experiências pregressas e das vivências atuais, em como as mesmas podem ser marcadas pela violência que indica que suas mentes e corpos precisam ser dominados e oprimidos.

Essa é uma dor que desvenda, para muitas pessoas, uma verdade além de uma realidade dura, perversa e tirânica, que hierarquiza pessoas e, assim mantém o pensamento colonial e suas práticas, mesmo em sociedades pretensamente modernas e que romperam com instituições que marcaram um regime antes excludente, por que as mesmas lógicas e símbolos se perpetuam. Lidar com esta carga, não é fácil. Chega a ser incompreensível, pois o liberalismo e sua face perversa neoliberal vendem a possibilidade de mobilidade social, riqueza, felicidade quase instantâneas, para todas as

peessoas, por se tratar de uma sociedade livre. Assim, muitas mulheres acreditam no amor romântico, na independência financeira, na ascensão profissional, em ocupar espaços de chefia, em se tornarem pesquisadoras e cientistas respeitadas, em serem mulheres de negócio, mas os padrões e regras determinam a inclusão de alguns e a exclusão de outros. Problemas enfrentados com colegas de sala, professores(as), colegas de trabalho, chefia, em entrevistas de emprego, no reconhecimento que nunca chega advindo dos seus esforços e dedicação, levam à incompreensão, sentimentos de culpa, inferioridade, baixa autoestima, principalmente, em mulheres, e ainda mais em mulheres negras, indígenas, mulheres da classe trabalhadora, mulheres camponesas, mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres com deficiência, mulheres imigrantes. Enfim, mulheres. É em função destes aspectos, que precisamos entender a sociedade na qual vivemos, pois o pessoal é também político.

Considerações finais

A questão do etnocentrismo está presente em qualquer cultura. Na medida em que você é socializado, você recebe uma carga cultural muito grande, e você vai olhar o mundo através dessa perspectiva crítica.
(Lélia Gonzalez)

Por meio do exposto, destacamos o imenso desafio de trabalhar com questões de gênero em um ambiente como a UNILA. Para ouvir precisamos desconstruir e esse tem sido o caminho almejado pelo comitê que precisa se afinar com a visão e missão institucional, com os debates intelectuais cruciais na área de humanidades e ciências sociais, incluindo as questões mais latentes nos diferentes e diversos feminismos para repensar nossas práticas e serviços prestados.

Apesar de ser a colonialidade uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo de forma estável, esta matriz tem uma forma interna: existe, por exemplo, não só uma história que instala a episteme da colonialidade do poder e da raça como classificadores, mas também uma história da raça dentro dessa episteme; existe também uma história das relações de gênero dentro do cristal do patriarcado (SEGATO, 2012, p. 113).

Realizamos um debate que gira em torno da questão da colonialidade e de elementos interseccionais para depois avançarmos no entendimento sobre como estas questões estão presentes, são percebidas e são observadas em nosso *atendimento* e *acolhimento*, com vistas à promoção da saúde emocional das pessoas atendidas, não

apenas enquanto indivíduos, mas como representantes de um grupo, de um coletivo, de uma comunidade.

Qual é a responsabilidade do Estado e das próprias estruturas perpetuantes da colonialidade? Qual o lugar da universidade para operacionalizar mudanças em um ambiente acadêmico que por origem já é historicamente marcado pelo elitismo, pela segregação, pelo racismo e pelo machismo? Como essas dimensões operam para o adoecimento, principalmente de mulheres? E ainda mais se considerarmos os elementos interseccionais, como raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, classe social?

Compreende-se assim, como trabalhar com a diversidade de temas e de pessoas presentes no cenário intercultural que se apresenta nas universidades, e ainda mais na UNILA, bem como na sociedade contemporânea é, antes de tudo, uma oportunidade para repensarmos as nossas práticas profissionais e sociais, dando espaço a narrativas plurais na construção de um ambiente seguro, igualitário e equitativo.

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013.

BIDASECA, K. Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café – Desigualdad, Colonialismo Jurídico y Feminismo Pós-colonial. **Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal**, v. 11, n. 17, 2011.

DURKHEIM, É. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GASTALDIN, C.; WEBBER, M. A. Breve histórico das lutas e dxs lutadorxs do CEEGED. In: TONATTO, R. C.; OLIVEIRA, R. P. de (Org.). **Por Elas e por nossas lutas: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas**. 1. ed. Foz do Iguaçu: Editora CLAEAC, 2020. p. 6-11.

HICKMANN, A. L. **O CRAM no bairro**: a atuação do centro de referência Rejane Marisa Dal Bó no combate à violência contra as mulheres. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Nómadas, 2007. n. 27. p. 239-242.

MIGNOLO, W. **Historias locales/diseños globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. p. 227-278. [Colección Sur Sur].

ROSENBERG, M. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 4. ed. São Paulo: Editora Ágora, 2006.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** – Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, Coimbra, v. 18, 2012.

UNILA. Política de Equidade de Gênero - PEG. **Resolução Conselho Universitário** – Consun, n. 18, 19 jun. 2017.

UNILA. Portaria Nº 615. **Constitui o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade – CEEGED**. 12 set. 2018.

Decolonialidade em Conceição Lima: poesia de resistência africana de expressão Portuguesa

Edimilson Moreira Rodrigues*

Aqui reside o útero da vida e o umbigo do mundo.
Paulina Chiziane

Introdução

As representações literárias femininas tecidas na África de expressão portuguesa apresentam a terra e a nação associadas a elementos que, como o feminino, também carecem de libertação; e, na pele da escrita, sua *escrivivência*, artefato das lutas e do histórico-social, dão-nos a denúncia do canto, com adornos e cicatrizes, como espaço fulcral de memórias das atrocidades do colonialismo português.

A práxis poética de Conceição Lima se desvencilha dos limites da servidão oficial e ruma, na maturação da palavra política, ao insidioso jogo de ressignificação da África, com o pendor documental do texto literário que, nas entranhas do social, com forte carga expressiva, explora os espaços de forma sensível à busca de outros saberes.

Sua polivalente insistência, na concepção do verbo-poesia, é similar à concepção do humano: uma poesia que perscruta o trânsito de culturas, que decalca a errância do saber africano nas linhas do texto, que ampara e edifica o ser no memorial da palavra, fazendo da poesia um instrumento de metáforas inusitadas “[...] emergiremos do canto/ como do chão emerge o milho jovem” (LIMA, 1987)¹.

O humano é lucidamente impresso na escrita: ser em estado de gestação de sonhos, elo que direciona – verbo e humano – às outras margens, sempre ciente do

* Doutor em Estudos de literatura pela UFF, Mestre em Políticas Públicas UFMA, Professor da UFMA Campus São Bernardo MA, no Curso de Linguagens e Códigos e colaborador no Curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiro da UFMA Campus São Luis (Dom Delgado).
E-mail: em.rodriques@ufma.br

¹ Os textos de Conceição Lima, doravante apenas marcados pelo sobrenome e ano, são dos Fragmentos poéticos de Sonha Mamana África, de Cremilda de Araújo Medina (1987, p. 227-228).

centro africano, que, por isso, é bivalente porque se estrutura na escrita como forma de tradução de si e de outros, qual “obstinado peregrino” (LIMA, 1987).

As representações literárias femininas “servem”, sem dúvida, para dar a ideia, não apenas da extensão que tomaram as produções literárias femininas nas últimas décadas, mas revelar elementos que declaram o escombro social no qual estiveram inseridos, homens e mulheres, ao longo da “noite grávida de punhais” do colonialismo português (MARTINS apud ANDRADE, 1975, p. 234).

Nesse complexo instrumento que se apresenta à inteligência humana, o literário, transfigurando-se em imagens amplas e diversas de um mesmo plano social: quem cede ao primor da denúncia, engravida imagens da partilha e do aprendizado coletivo; o aliciado, ao horror da escravidão, é violentado com imagens que repetem personalidades antípodas ao seu imaginário de aprendizado coletivo; o que explora, em secretas volições, em obscuros instintos e enigmáticos recalques, cristaliza fetos, em abortos coletivos contrários à experiência vital.

Não estão, pois, os poetas, alheios a essas experiências sociais. Coadunam, como a imagem primeira da maternidade, a forma orgânica do tecido social, como forma do literário tecido.

Eles buscam a unidade do devir social que habita na variedade do dizer literário, com aprimorada conciliação dos opostos. “Ainda aqui e sempre aqui” (LIMA, 1987), porque a presença de referenciais coloniais de opressão é marca de contestação, idiossincrática, da escritora africana – “transitório é este tempo que te divide”, pois, “transitória a noite que à noite sucede/ sem te veres” (LIMA, 1987).

Nessa mobilidade diaspórica, o texto traduz os monumentos com a cor e a alegria do aprendizado festivo feminino habitando corpo e pátria, da mulher-poeta em semente-mátria, com metáforas que ainda fecundam o ventre de ambas. daquelas que dominam a arte da palavra e são aliciadas ao domínio da maternidade.

A grafia do corpo feminino é similar à grafia do *corpus* poético. Ambas são conduzidas, no processo de sedução (conduzidas através: *se-ducere* – conduzir ao desvio, mudar a direção) à travessia da vida: quem escreve, decalca sonhos, quem engravida, torna visível sonhos decalcados.

Posto assim, a poeta, na pele da mulher, particulariza o individual no discurso do social. Suas poéticas – humano e grafo – são instrumentos viscerais da liberdade corporal e grafológica. Aquele liberta desejos (ainda que abortados, como em alguns casos de África) de coletivização da escrita, do saber que hiberna na vida social; este

aloja homens e mulheres na práxis da leitura que liberta para a vida social: o sonho diurno africano.

As imagens, em Conceição Lima, albergam modulações do feminino que germinam como vestígios amargos – “E na dura travessia do deserto/ Aprendemos que a terra prometida era aqui” (LIMA, 1987), através do texto cerzido com linhas da “memória subterrânea” (POLLAK apud SOARES, 2015, p. 32).

Objetivamos assim – desde a poesia feminina africana, insulada no entre dois – demonstrar como a resistência feminina, albergada no útero do texto poético de Conceição Lima, poeta santomense, expele, qual um novo rebento, novos itinerários em trânsitos diaspóricos ressignificados – “Perdi-me na linearidade das fronteiras” (LIMA, 2012, p. 14).

Indubitavelmente, pretendemos comentar alguns excertos poéticos dessa produção literário, com diálogos intertextuais, com a força propiciadora de tensões que, a escrita-leitura poética e a investigação hermenêutica, permitem.

Revelando, assim, nossa análise, elementos culminantes e centrais à percepção estético-literária de Conceição Lima. Incursionamos, pois, à busca da concepção literária e humana – concatenada à raiz ancestral e ao sentimento heterogêneo de origem, umedecidos, texto e identidade (cultural, linear, genealógica), na tessitura reflexiva e concepcional do instrumento literário.

Primeira concepção – no útero da terra

O pensador Ricciardi (1971, p. 80) nos orienta que “[...] o escritor é, pois, um criador, mas ao mesmo tempo, a sua obra está, toda ela, mergulhada no momento histórico que a origina”. A citação nos permite esse diálogo e a continuação dele em segurança ao que estamos defendendo.

A escrita de Conceição nos permite estudá-la como um ser social, cuja obra se revela como fonte primeira dos caminhos da pesquisa, doando pistas linguísticas para desvendar os meandros da sociedade santomense e, indubitavelmente, a africana, no período que antecede a libertação e parte do pós-independência.

No entanto, aqui a pesquisa revisita os símbolos da terra-casa, útero-criação, germinação-poesia, fecundação-liberdade; criados pelo escritor, como metáforas de caminhos inventados, no único espaço seguro para ele: a poesia. Posto que a poesia é “Nascente veia, profundo ventre” (LIMA, 2012, p. 16).

A poesia de Lima nos permite entendê-la como a celebração do amor que convida ao banquete da ancestralidade, com o fulgor revolucionário da redescoberta, o ardor da necessária mudança apreendida nas incursões da palavra terra, pois nos permite recuperar traços e marcas, culturas vincadas há séculos que ainda dialogam com as experiências de sua individualidade. Daí afirmamos com Ferreira (1987, p. 94) que,

E a “metáfora da esperança”, em Conceição Lima, é como revelar os compromissos do corpo feminino que se consorciam ao das palavras que colhem frutos, semeiam vidas, e, como todo fazer poético, colhem vidas e semeiam frutos na lavoura da terra em multiplicidade de imagens.

E, ademais, o corpo feminino, instrumento de outras lavouras, assemelha-se ao arado que sulca o solo, não para edificar, mas significar com fruto-palavra albergando sementes de liberdade: “À força de viver/ na vida entraste” (LIMA, 1987).

Como uma antecipação do conteúdo humano afetivo de Conceição Lima, deduzimos que ela “Submersa na verticalidade do seu horizonte, traz à tona o poema do milagre da vida” (MEDINA, 1987, p. 226).

Poema que é vida e se manifesta em constante resistência, porque, através da sua escrita, ele, o poema: milagre da vida, afirma a transitoriedade do momento social de suas ilhas, prisioneira das águas, o transitório do “espaço profanado pelo colonizador” (FERREIRA apud VIEIRA, 2007, p. 131), se redimensiona em labor longo e durável.

Visto que, tudo que é supérfluo na poesia santomense, se dissolve na leitura; no entanto, o duradouro se reduplica nas imagens suggestionadas nela, e, porque liberta espaço e homem da condição de colono, perdura no imaginário do leitor em nacos de monumentos – “[...] transitórias as pedras amargas desaguando/ sem licença no litoral da aurora, transitória/ a angústia das palavras” (LIMA, 1987).

Sua produção, instrumento sociológico que se estrutura no literário, reafirma teorias de que a obra é simulacro da vida, verossimilhança do vivido. E, com a autora em cotejo, o duradouro é colhido do social, das ruas e da história do seu lugar, funcionando assim, a poesia, como fragmentos de memórias.

A poesia brota como alimento-experiência do corpo social da mulher, gera substancial sabor e saberes de lugares de metáforas e imagens umedecidas do momento histórico, denunciando o social em consórcio com a natureza. “Emissário de rios esquecidos quem te ouve? / Oh, surdas são as ondas deste mar / suspenso / entre os teus dedos e o teu sonho” (LIMA, 1987).

Seu lado mulher aflora no texto, seu ser humano, semelhante à natureza, é cômico de quem viveu os dramas e as fraturas, com o olhar de quem conta para não esquecer os dramas vividos pelo humano e pela terra africana. “Pássaro de penas rotas e cintilantes / libertando na noite o tempo cativo / revolve as horas os magros celeiros / fustiga tremente o rosto dos meses / a cólera é teu argumento / o porvir teu fundamento” (LIMA, 1987).

A liberdade subliminar está implantada nestes versos de resistência que decalam os traumas resultantes do projeto colonial português. Uma poética marcada pelo enigma do exílio. Depurados os instantes sombrios da violência colonial, a poesia de Lima revela “[...] a escritura, como uma forja, (que) se tece pelo fogo de figurações alegóricas que iluminam não somente o sagrado africano, mas também certas sombras da história” (SECCO apud LEITE; BERGAMO; CANEDO, 2021, p. 317).

Por tais assertivas, afirmamos – a poesia de Lima assume o mundo colonizado demarcando sua voz isolada em sua terra natal, tentando rasurar a imagem da África como local de memória resultante dos conflitos geopolíticos, para escrevê-lo, inscrevê-lo, como espaço de “solidariedade histórica” (BARTHESE, 1999, p. 243), objetivando uma mudança de olhar mais sutil, típico do fazer literário que prima por borrar os limites entre história e literatura.

O fazer poético confirma, pois, a condição dos ser africano imantando a terra qual “[...] o barro da razão que te forjou / a substância pura que te ligou à vida” (LIMA (1987). Isto porque, sua voz, anteriormente silenciada, se prolonga em polifonia, reconhecendo seres, ocupando paisagens que se alimentam de deslocamentos, de fatos fictícios que constroem paisagens e espaços, na ágora do texto, domando o verbo para pô-lo à serviço da coletividade.

Um ato solidário e humano que, qual aquele que concebe o filho para servir ao mundo, a poesia de Lima serve o mundo ao filho em constante diálogo entre terra e vida. Pois, do útero da terra, homem e palavra proporcionam a dimensão do cruzamento de sentidos: “como do chão emerge o milho jovem” (LIMA, 1987).

Sua obra exige o reinvento das coisas, o aprendizado em diálogo com o logos, posto que, a dialética que pulsa na vida da práxis africana se reinventa na linguagem, humana e polivalente, de Conceição Lima, para depois, se ajustar ao molde de criação dialético.

As obras da autora, só para citar um dos muitos títulos, *No útero da casa* (2004), são a de quem busca a ambiguidade do texto para torná-lo denotativo, pois, os signos deles trazem sentidos dícticos, em consonância com sua experiência de vida, na

maternal experiência da mulher que, como o poeta, fecunda e é fecundada pelo labor do texto. Pois, “[...] é pela voz da mulher que a escrita poética se faz pele de um outro corpo, um corpo que pulsa e que emite seus próprios ruídos” (FONSECA, 2015, p. 111).

Supomos, pelo poder da hermenêutica social e histórica, que os ruídos grávidos de palavras, imersos na experiência sociológica, estão recheadas de imagens da terra; mas, sobretudo, do processo de germinação que sustenta e proporciona o alimento-palavra e a palavra-alimento colhida na lavoura do texto.

Tais imagens traduzem-se em pergaminho matricial de subsistência corporal, libertária e visceralmente engajada em apagar a “[...] fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e o seu verdadeiro lar” (SAID, 2003, p. 46), o exílio, como “[...] duas linhas indômitas a desbravar” (LIMA, 1987), o *lôcus* comum da criação, literária e humana.

Prefigurando o texto como único espaço seguro a albergar, porque cômico – o texto – das mortes que marcam a terra com cicatrizes como testemunhas: “Toma o ventre da terra / e planta no pedaço que te cabe / esta raiz enxertada de epitáfios” (LIMA, 2012, p. 52). Tanatos que, na dinâmica colonial, tudo destrói quando da coisificação do humano, mas que a poesia, pelo poder avassalador, a reedifica através da metáfora da liberdade vivificante de sonhos e representações, na engrenagem do social.

A escrita de Conceição Lima “[...] diz dessa memória herdada, a qual eterniza vestígios de “memórias subterrâneas” que transitam pela face e corpo (da palavra) [...] e ganham mais força quando os versos aludem a detalhes” (FONSECA, 2015, p. 32), do sempre retomado êxodo, errância, migração, deriva categorias que tornam possíveis as condições híbridas e heterogênea das condições sociais impostas na vida cotidiana.

Como concebido desde a metáfora seminal da partida: “Após o ardor da reconquista/ não caíram manás sobre os nossos campos” (LIMA, 1987). O texto prima, pois, pelo esteticismo denunciador, mas, principalmente, pelo lirismo enunciador que recupera, na poesia e no social, a identidade nacional africana em pleno conúbio com a natureza-nação.

Segunda concepção – no útero da poesia

Alguns textos dos livros – *No útero da casa* e *A dolorosa raiz do Micondó* e os fragmentos poéticos, tidos, há época, inéditos da obra *Mamana África* de Cremilda Medina nos servem de pórticos de entrada, às nossas incursões, no espaço dual sugestionado pela autora: casa e pátria, útero e nação, liberdade e consciência política.

Nessa dualidade metafórica, íntimo e privado, social e individual, local e internacional, a poética de Conceição Lima está vocacionada a fecundar o tema da liberdade e, indubitavelmente, o da identidade fragmentada ao longo de sua produção.

No limiar do texto, o sujeito poético se situa como estrangeiro, homem bipartido pela atrocidade colonial (duplo paradigma do sujeito colonizado: ser ele mesmo imantado no seu eu desejado); assim, a poesia gesta o ser segmentado em dois – o eu real e o imaginário em conúbio com a liberdade que se esmera em tornar visível os invisibilizados.

Isto porque o real se revela, em reflexo da poesia, na lide com os sujeitos de identidades reconstruídas no esbulho: “Quando eu não sabia que era quem sou/ Quando eu ainda não sabia que já era eu” (LIMA, 2012, p. 60). Destarte, a poesia, retorna à poiesis – revelando o estado embrionário da ação de fazer – de Conceição Lima.

Ela aborta o sentimento de apraxia do sujeito – herança colonial – e vivifica a reconstrução como patrimônio identitário visível, no fazer fazendo, através da mobilidade “flexível”, do ofuscamento das fronteiras, do deslocamento cultural, da f(é)sta corporalmente sonora e palpável, mas, principalmente, da fala do sujeito africano, “[...] para que a palavra amanheça e o sonho não se perca” (LIMA, 1987), posto que, a fala-poesia “[...] desafiou os regentes intuindo nação” (LIMA, 2012, p. 17).

Da leitura da obra de Lima, confirmamos que “[...] os maiores artistas são aqueles que conseguem recapturar e recriar a totalidade harmoniosa da vida humana” (EAGLETON, 2011, p. 56), capturado, no estilhaçado mundo africano.

Conceição Lima busca a “totalidade” do social pela fala ofuscada das mulheres, recaptura e recria imagens e metáforas sensorialmente inusitadas, ao delatar o colonialismo enraizado no solo africano, na pele da mulher, na alma das muitas crianças, resultado de outro esbulho que personifica a fragilidade do ser feminino.

Sua produção-ação fortalece, a resistência, em imagens gestacionais de identidade, de saber e cultura, pois – “Brotam como atalhos os rios / da minha fala” (LIMA, 2012, p. 13), porque verbalizam o aprendizado que fecunda ensinando e ensina fecundando em líquido revigorante.

A poesia feminina de resistência surge, assim, como um ato de transgressão, onde o exercício libertário é tão similar à escrita quanto os desejados na vida social. A transgressão literária herda os conceitos trazidos do político, no qual, a mulher-poetiza exerce um papel ativo e questionador.

A obra de Lima inverte os lugares do sujeito passivo que sofre as transgressões, para o sujeito ativo que desvenda as interdições gestadas no colonial. Desse modo, se a poética social de Conceição Lima se pauta na subjetividade, por outro ângulo, a objetividade revela os problemas e desafetos vividos pelo ser feminino africano, vítima de preconceito de toda ordem, inclusive da manifestação da palavra, oral e/ou escrita.

Submersa na neblina feminina, concebe o filho como poema. Ambos a serem alimentados, depois do preâmbulo da concepção, com vozes este último; e com metáforas o primeiro. Isto porque estamos diante de signos que se irmanam na conjuração do verbo: “transitória / a angústia das palavras ensanguentadas em tuas mãos” (LIMA, 1987) – verbo e concepção, nascimento e morte (qual sinédoque de liberdade, vida, escrita) estão impressos no excerto.

A poeta se compromete com uma produção que concebe a literatura como obra de gestação e, que, por isso, a apresenta como um produto do ser socialmente comprometido na concepção do humano, redesenhando os limites entre o poeta e o historiador dos fatos sociais.

Afirma, pois, ela que a gestação e a fecundação que se dão na vida social do homem, também ocorrem na vida do poeta. Dessa forma, podemos nos arriscar a afirmar que a produção artística de Conceição Lima está amparada nos signos da geração de vidas, quer sejam elas “imaginadas” no amplo espectro do social, quer sejam “concebidas”, metaforicamente, no da arte.

Tangenciados no extremo, sempre, por duas possibilidades que colocam o artista da palavra na inserção das relações de poder e, dentre elas, a literatura. Lima elabora seus textos “projetando uma imagem rica e multifacetada da completude humana” (EAGLETON, 2011, p. 57), confirmante da escolha ideológica ante o mundo transgressor e opressor do colono. Opressor que despoja corpo e sentimento femininos, tão nefastamente, quanto devasta o conjunto do corpo social, histórico e sentimental humano.

A sedução pela poesia, símile de vida que emerge da escrita, faz das duas, da sedução e da poesia, a totalidade indivisível do humano, na poética de Lima. Eis, pois, uma literatura obcecada pela força do prazer e da memória “[...] com metáforas que congelam a realidade mundana e projetam” (SCHLAFMAN, 1987, p. 71) acontecimentos,

“o padrão a ser erguido” (LIMA, 1987), edificando moradas no alicerce do texto – “puros reabitaremos o poema e a claridade” (LIMA, 1987).

Almejando viver e morar, escrever e publicar – elipse constante do ser africano pós independência – está como emblema do excerto anterior: epigrama de liberdade, uma imagem de concepção primacial, a pintura do desejo do livre em letras/cores de ancestralidade, como memória ativa da sociedade santomense.

Revela, portanto, a arte poética africana, um sujeito vilipendiado, mutilado, incompleto e inimigo de si próprio, porque perdeu a sua antiga harmonia para o sistema colonial. Mas, que, cerzido pelo poder da palavra, estabelecerá contrastes com o ser que, acondicionado no útero do texto, se apresenta umbilicalmente religado à consciência da vida.

Ciente de sua condição, eles, texto e humano, atravessam fronteiras outras “libertando na noite o tempo cativo” (LIMA, 1987), prenhe de dois seres. Um – “lavrador teimoso de um tempo sem pomar” – alimenta-se do líquido revigorante, a leitura do social; o outro – “Na dura travessia do deserto” protege-se, com as linhas do texto, contra a fratura total.

Revela, pois, a matéria de palavras, seres mutilados pelo devir político, mas costurados ao labor do artístico-social: portador de significados diversos. Conceição esmera o rebento como palavra, e lava-o com a individualidade da consciência feminina que espalha sementes, fazendo brotar a antítese do político-social como síntese do social-político.

Lima desarticula os ditames da servidão colonial e, com a poesia como semente do humano, esparge-a no solo sagrado da África em segurança de imagens – “[...] inserindo os sujeitos históricos no conjunto das relações de poder” (SECCO, 2010, p. 51).

Noutro contexto, tomando de empréstimo as palavras de Silvio Renato, afirmamos que, “[...] problematizando a palavra e seu uso, os textos de (Conceição Lima) parecem arrancar à pátria e à língua o seu caráter supostamente natural, fugindo à ortodoxia e apontando a escrita, a vulnerável escrita, como lar a partir do qual é possível surpreender novos sentidos” (RENATO apud DELGADO, 2006, p. 135).

Puro exercício poético, a prática literária de Lima que, à força de escrever criou a escrita uterina grávida de sonhos que a põe à serviço do leitor. Uma escrita marcada pela existência viva do *modus operandi* da concepção: sedução, respeito, solidariedade.

Depurando sua mundividência, gesta o fruto do desvio – desde o étimo de *se - ducere* –, operando uma mudança radical do conceber literário e humano. A

solidariedade transmigra do desejado para o realizado, rompendo a geografia dos sentidos, marcada pelos traumas das guerras e promessas intervalares; assim, o seu texto-exercício compromete-se, como vetor de respeito, que, como criação substancial, “rasurando os limites entre literatura e história”, fecunda a vida.

A mulher-poeta, Conceição, em estado de puerpera criativa, assume o rebento-poesia, ocupando os espaços e os silêncios com gritos e açoites de quem divide, incontestemente, o filho que emerge do canto, como aprendizado do fazer festivo que recupera “[...] a transparência do tempo inicial” (LIMA, 1987), com postulados estéticos que revigoram, ante a estética do parto, a serenidade vivificante qual a concepção dolorosa, extasiada, ante a realidade suprema que simboliza a renovação constante da vida.

Numa dinâmica agressiva das imagens, a impetuosidade da palavra dá o dinamismo da ação verbal que se conjuga, na poesia de Conceição Lima, em estado sinestésico de engenhosidade dos saberes africanos, com sintagmas de proteção, mapeando significações metafóricas mínimas: “Tuas mãos tingem já de púrpura a noite/ o crepúsculo é o instante supremo da claridade” (LIMA, 1987).

Uma escrita marcada pela dura travessia das palavras; uma práxis que dialoga entre o ficcional e o real histórico sem pretensões de ensinar, mas vincando, no solo africano e no corpo da mulher, experiências como força propiciadoras de transformação, destruindo os muros dos edifícios prisionais do projeto colonial português, porque ela afirma – “puros reabitaremos o poema e a claridade” (LIMA, 1987).

Eis portanto, a delação do desvio: o poema – único lugar seguro à concepção poética e humana – se apresenta como retorno à ideia de “pátria mãe” preconiza uma volta não apenas a um território originário, geográfico, mas, sobretudo, a uma matriz cultural originária, constituída sobre um princípio de unidade e imutabilidade (BERND, 2010).

Destarte, a palavra impressa (no tecido social feminino) é a mesma tatuada no tecido da escrita que a expõe como cicatriz, porque a poetiza “[...] assume a criação do mundo que escolheu habitar” (ELIADE, 2001, p. 49), o da poesia uterina de permanência.

Terceira concepção – iluminuras sedutivas

Os fragmentos poéticos de Conceição Lima, da obra *Sonha mamana África*, de Cremilda de Araújo Medina (1987, p. 227-228)² – nos servem para demonstrar questões que foram elencadas e apontadas nos tópicos anteriores.

Vale a ressalva para lembrarmos que, sem títulos, os poemas deixam muitas veredas abertas; a escolha de criação sem o nome que o enuncia, sem uma direção, sem um roteiro de bordo, ao elenco da série de criações, torna o poema mais plural, mais incrustado ao corpo da obra e do social.

Isto porque, ela está, obsessivamente, concatenada ao todo do texto, desconectando o nome – título – ao sujeito: obra. Ainda que, o título soe “[...] como significado de unidade de sentido” (KAYSER, 1963, p. 11).

A poética de Lima, ao excluir o título dos fragmentos poéticos em estudo, proporciona uma ruptura do convencional, pois, como aduz Coelho (1986, p. 82), “[...] a verdadeira poesia sempre resultou de uma quebra na maneira convencional de ver o mundo. Foi sempre a revelação de algo inesperado numa coisa, ser ou fenômeno já conhecido”.

Deste modo, na negação do título o poeta “[...] assume uma dimensão e significação não encontrada antes” (COELHO, 1986, p. 83), posto que, o literário proporciona, através do diálogo metalinguístico e social, dizer que, o escritor africano

² Fragmentos poéticos de Conceição Lima (MEDINA, 1987, p. 227-228): Após o ardor da reconquista/ não caíram manás sobre os nossos campos//E na dura travessia do deserto/ aprendemos que a terra prometida era aqui. // Ainda aqui e sempre aqui. / Duas linhas indómitas a desbravar./ O padrão a ser erguido/ pela nudez insepulta dos nossos punhos. // Emergiremos do canto/ como do chão emerge o milho jovem/ e nós, inteiros recuperaremos/ a transparência do tempo inicial/ Puros reabitaremos o poema e a claridade/ para que a palavra amanheça e o sonho não se perca. I Transitório é este tempo que te divide/ sem o saberes/ transitórias as águas, os tambores quebrados/ transitória a noite que à noite sucede/ sem te veres// Transitória a pálida bruma a/ ocultar-te de ti/ transitório o silêncio ocupando espaços/ além da tua boca/ transitórias as pedras amargas desaguando/ sem licença no litoral da aurora, transitória/ a angústia das palavras ensanguentadas em tuas mãos/ Obstinado peregrino quem te acompanha além de ti?/ Emissário de rios esquecidos quem te ouve?/ Oh, surdas são as ondas deste mar/ suspenso/ entre os teus dedos e o teu sonho/ II Mas quem és sobre as horas caminhando?/ Quem és lançando fúrias no deserto?/ Que és sobre a morte morrendo?/ Sobre a morte erguendo quem és?/ III Pássaro de penas rotas e cintilantes/ libertando na noite o tempo cativo/ revolve as horas os magros celeiros/ fustiga tremente o rosto dos meses/ a cólera é teu argumento/ o porvir teu fundamento/ À força de viver/ na vida entraste/ à força de sonhar criaste o sonho/ tu és a voz do próprio sonho/ lavrador teimoso de um tempo sem pomar// (...) Moldar os dias dos frutos maduros/ este é teu projecto iniciado e longo/ o barro da razão que te forjou/ a substância pura que te ligou à vida/ quando aprendeste os segredos da noite/ e penetraste as trevas como espada fulgurante// Tuas mãos tingem já de púrpura a noite/ o crepúsculo é o instante supremo da claridade// Quem fará recuar o tempo anunciado/ por tambores e águas/ noite a noite sem cessar?

e o sujeito africano se inscrevem no que produzem, “[...] pois na simetria das coisas enterram a luz das ideias” (LIMA, 2012, p. 48).

A poesia de Lima é daquelas que iluminam e seduzem porque são “fruteiras em permanente parto de gordos frutos” (LIMA, 2012, p. 57).

A palavra casa, como útero do lar, privado, serve, no poema de Conceição, como símbolo consciente que desperta tensões sociais ao que é da coletividade, a Cidade, espaço público, mas que se apresenta como um grande cemitério, suas inamovíveis heranças de colonizados.

Tais tensões são invocadas ao labirinto da linguagem com a força da ancestralidade que recupera, pela imagem do útero, o aconchego primeiro, o *locus* seguro da gestação, que, por isso, se associa à casa maternal e umbilicalmente ligada à terra. “A casa crescia com pernas de pedra” (LIMA, 2012, p. 64), e mais ainda, a evocação é mais marcante porque exala o retorno – “Reabitaremos a casa, nossa intacta morada” (LIMA, 2012, p. 68).

O útero, habitat inicial do homem, é circunferencialmente recuperado como matéria-prima de lembranças coletivas que hibernam nos poemas como memórias. O poeta incursiona o seu périplo nas profundezas do inconsciente, para, através do metafórico corpo da linguagem, recepcionar o homem ante as dores do parto, antecipadas, pelo esperpento colonial: “O enigma é outro – aqui não moram deuses / Homens apenas e o mar, inamovível herança” (LIMA, 2012, p. 53).

Casa e útero, consciente e inconsciente, fecundam as entranhas da poesia da autora, objetivando a recriação da pátria retalhada que se restaura nos signos da criação no *Arquipélago* poesia. Posto assim, a concepção, maternal e literária, útero e casa, ilhado e litorâneo, possibilitam recompor a identidade social africana que, abortada pelo político, agora viceja no cultural.

A poeta grávida pela sedução primária do coletivo: terra e nação e, pelo privado: útero e casa, transforma seu texto em lugar de afeto, recolhendo lembranças, vasculhas os espaços ao cível da palavra poética, desvelando atrocidades deixadas pela história, para, finalmente, tornar monumento o instante cósmico vivido: “O padrão a ser erguido / pela nudez insepulta dos nossos sonhos” (LIMA, 1987).

As energias vitais – consciente e inconsciente – expostas à ideia fragmentada de nação, por intermédio de signos da habitabilidade, porque consciente, remetem à imagem da casa: espaço geográfico do individual e, porque uterino, restauram o

inconsciente do instante anterior à conjuração carnal, onde o socializado se solidariza às simbólicas vontades do livre.

Constroem assim, o deleite corpóreo e o prazer libertário, imagens do homem em sua autêntica liberdade coletiva. “[...] e nós (sic), inteiros recuperaremos / a transparência do tempo inicial” (LIMA, 1987).

Os textos da autora africana, nos amparam tal qual a citação da pesquisadora brasileira que sustenta a definição do ser poeta – “No íntimo, o domínio da poesia, a forma de intuir a Vida” (MEDINA, 1987, p. 351).

Intuir e constituir a vida que se solda às imagens do maternal que, como um ato de concepção, aloja em suas entranhas a dor do conceber e o ardor de exceder-se nas linhas do social, em equilíbrio da palavra, com imagens prenhes do signo feminino. Posto que: “As mulheres compõem / por sobre a paisagem / um estranho contorno / de tonalidade” (SANT’ANNA apud SAÚTE; SOPA, 1992, p. 28).

Nos desígnios que se desvelam na “encruzilhada secular” entre raças e culturas, o texto poético levita, lentamente, à busca das origens; estas emergem do longo caudal mnemônico, deixado pelos rastros das guerras³.

Guerras que a poética de Lima solicita como volta às harmônicas cosmovisões do “tempo inicial”, ou seja, busca recuperar, a práxis poética, o instante da usurpação geográfica e humana e o do ultraje linguístico e cultural, para espargir verdades como imanência de “[...] um processo histórico que urge problematizar para compreender” (SAÚTE, 1992, p. 9).

Por isso, a produção de Lima, “escrileitura”, proporciona o mundo visível, pela invisibilidade do histórico revelado pela criação do poeta com sua própria história e engenhosidade de criação, concepção e advertência engravidadas no afeto e no tratamento da palavra poesia.

Ela, no sentido da lírica, pois vidência do mundo, alberga a imagem matricial do útero, a qual revela os tons do mosaico cultural que compõem a paisagem geográfico-social africana. Os textos, forjados neste caudal cultural, concedem ao leitor, uma

³ De 1961 a 1975, ano da independência de Moçambique, a produção poética se teceu nessa clave revolucionária; a poesia se fez “necessária”, arma de politização do povo. Nos anos seguintes os poetas continuaram a cantar a vitória e a liberdade recém-conquistada. (Símile ideia pode, ressalvadas as proporções, ser estendida à São Tomé e Príncipe). Essa euforia, entretanto, durou pouco, pois o governo livre, composto pelos quadros da FRELIMO, logo após 25 de junho, começou a ser desestabilizado pela RENAMO, partido de oposição, que, insuflado pela África do Sul, partiu para guerrilhas, ocasionando uma guerra civil que durou dezessete anos (1975 a 1992) (SECCO apud DOPCKE, 1998, p. 221).

dimensão ontológica do ser social no qual “[...] aflora um mundo obnubilado da vida quotidiana” (SAÚTE; SOPA, 1992, p. 11).

Conclusão

Analizamos uma poética que ressoa vozes de resistências, denunciando a “cidadania dilacerada” (SANTOS, 2002), clamando por sociabilidade e trânsito de culturas femininas de caráter nacional e popular na escrita de Conceição Lima.

Nossa investigação revelou categorias do campo político, do direito, sociológico, histórico e literário que dão a dimensão da resistência da mulher africana sobrevivente das catástrofes do capital (guerras coloniais e internas, diásporas, mobilidade cultural, errância), no palimpsesto herdado de uma cultural colonial que vilipendiou sua condição social e a fez criar estratégias de confrontos e legitimações, através do literário.

O poeta africano faz do texto sua persistência de homem que não se deixa estagnar, andrajo sempre à busca do centro. E isto porque, concordando com Ferreira (1987), o poeta são-tomense foi aquele que primeiro chamou a si a expressão da negritude, deste modo, “[...] o poeta liberto dos mitos da inferioridade social, identifica-se com o destino do homem negro e o repõe no quadro que lhe cabe da sabedoria universal” (FERREIRA, 1987, p. 91).

A análise do texto – *Decolonialidade em Conceição Lima: poesia de resistência africana de expressão portuguesa* – revelou a geografia da escrita, doando mapas inusitados do processo de colonização; donde o texto literário (em superação) se transforma em elemento sagrado do humano e do humano sacralizado no grafo, assumindo o valor simbólico da criação, desta vez, em vozes ressoantes da coletividade africana feminina, por evocar liberdades – escrita e de concepção.

Finalizamos dizendo que, o metafórico, o inusitado e o imprevisto estão na arma de combate, de Conceição Lima, ressoando no tilintar das palavras, que, nas travessias, sua e do verbo, albergam o conhecimento ancestral como parceiro de viagens.

Portanto, em Lima, “[...] o universo que se vai desenhando a nossos olhos é marcado pela existência de uma disponibilidade real e intensa para a sobrevivência, torneando a barreira da humilhação” (FERREIRA apud VIEIRA, 2007, p. 121), através do único instrumento possível ao escritor, sob a ótica de uma necessidade interna, provocada por razões sociais, a poesia.

Referências

- ANDRADE, M. de. **Antologia temática da poesia africana**. Na noite grávida de punhais. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- BARTHES, R. O rumor da língua. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERND, Z. **Dicionário das mobilidades culturais**: percursos americanos. Porto Alegre: Literalis, 2010.
- CHIZIANE, P. **Ventos do apocalipse**. Lisboa: Caminho, 1999.
- COELHO, N. N. **Literatura & Linguagem** – introdução aos estudos literários. Edições Quíron, 1986.
- DELGADO, I. G. **Vozes (além) da África**: tópicos sobre identidade negra, literatura e história africana. Juiz de Fora: UFRJ, 2006.
- DOPCKE, W. **Crises e reconstruções** – estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos. Brasília: Linha Gráfica, 1998.
- EAGLETON, T. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FERREIRA, M. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- FONSECA, M. N. S. **Literaturas africanas de língua portuguesa** – mobilidades e trânsitos diaspóricos. Belo Horizonte: Nadyala, 2015.
- KAYSER, W. **Análise e interpretação da obra literária** – introdução à ciência da literatura. Coimbra: Editor Arménio Amado, 1968.
- LEITE, A. M.; BERGAMO, E. A.; CANEDO, R. **A permanência do Romance histórico** – literatura, cultura e sociedade. São Paulo: Intermeios, 2021.
- LIMA, C. **A dolorosa raiz do Micondó**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- MEDINA, C. de A. **Sonha mamana África**. São Paulo: Edições Epopeia, 1987.
- RICCIARDI, G. **Sociologia da Literatura**. Lisboa: Men Martin e Europa América, 1971.
- SAID, E. W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SANTOS, J. V. T. dos. **Microfísica da violência, uma questão mundial**. São Paulo: Ciência e Cultura, 2002.
- SAÚTE, N.; SOPA, A. **A ilha de Moçambique pela voz dos poetas**. Lisboa: Edições 70, 1992.
- SCHLAFMAN, L. **A verdade e a mentira** – novos caminhos para a literatura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
- SECCO, C. L. **África escritas literárias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Angola: UEA, 2010.
- VIEIRA, J. L. **A cidade e a infância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

O combate e enfrentamento à tortura e a efetivação dos Direitos Humanos no Brasil: algumas considerações

Iany Elizabeth da Costa^{*}

Lucas Lopes Oliveira^{**}

Introdução

No Brasil a tortura constitui-se como uma prática institucional há muito tempo arraigada na história política nacional. Seja através de violações diretas por parte dos agentes estatais, seja pela omissão na prevenção e no combate a tal prática, o Estado brasileiro tem se mostrado violador de direitos humanos ao não conseguir avançar na agenda de enfrentamento a esta prática social. Esta situação constitui um déficit humanitário no que diz respeito aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, bem como, às promessas institucionais estampadas na nossa Constituição Cidadã de 1988.

Neste artigo buscamos mapear os avanços legais internacionais, nacionais e no âmbito do estado da Paraíba que visam o combate e o enfrentamento à tortura em nossa sociedade, a fim de destacar a importância que tais normativas têm na luta pelo fim da cultura da tortura no Brasil que pela sua continuidade enquanto *práxis* de diversos agentes estatais que potencializa a violência sistemática sobre a população negra e periferia, principalmente, em situação de restrição de liberdade, tidos pelas elites como “suspeitos”, logo “corpos torturáveis”, nesse sentido, teremos considerações sobre a implementação na Paraíba da Política Nacional de Combate e Prevenção à Tortura, por meio, do Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura (2012) e a articulação para a efetivação do Mecanismo Estadual de Combate e Prevenção à Tortura que se encontra em andamento, como desdobramentos do aparato supraestatal fundamento a partir da DUDH (1948) que condena toda prática degradante que viole a condição de ser humano.

^{*} Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, perita do Mecanismo de Combate à Tortura da Paraíba – MCTP/PB.

E-mail: ianyelizabethufpb@gmail.com

^{**} Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

E-mail: lucasoliveira.sol74@gmail.com

A relação entre o combate à tortura e os Direitos Humanos como mecanismos de enfrentamento da violência no Brasil

A violência na atualidade apresenta-se como um termômetro social que age como um fator de desestabilização das relações sociais (BRASIL, 2010). Neste sentido, ao analisar-se a violência em um contexto neoliberal e suas implicações no campo político-social, Vera Brasil (2010), destaca a oposição entre a Segurança Pública e os Direitos Humanos no imaginário social, a partir da potencialização do medo e da insegurança que insufla o sentimento de impunidade gerando uma problemática situação que nos convida a repensar nossas práticas no sentido de buscar a criação de novas formas de atuação social em Direitos Humanos que contraponham a onda de naturalização da violência e da criminalização da pobreza.

Destaca Michel Misse (2006) que houve, no Brasil, uma acumulação histórica de violências que constituíram a sociedade brasileira através de práticas que tinham como o signo a violência e o autoritarismo. Esta acumulação implica em importantes reflexões presentes no que diz respeito às práticas institucionais do sistema dos órgãos de Segurança Pública e na visão da sociedade sobre a tortura. Neste contexto, os efeitos da violência de Estado, dentre eles a tortura, configuram o cenário de violação dos Direitos Humanos, sendo os danos da tortura psicossomáticos que não atingem apenas vítimas e familiares, mas também, a forma como a sociedade reage a essa violação de Direitos Humanos (BRASIL, 2010). Para Barbosa (2010) tortura atinge a todos nós em nossa humanidade e em nossa cidadania.

No Brasil, segundo pesquisa IBOPE e NOVA/SB até 26% da população apoia a tortura policial. Na mesma pesquisa, em levantamento realizado com entrevistados de mais alta renda, ou seja, com renda mensal superior a cinco salários mínimos, o índice de aprovação da tortura policial chegou a 42%, índice muito superior aos 19% registrados entre àqueles com renda mais baixa¹ (COMPARATO, 2010a; SOARES, 2010). Arantes e Pontual (2010, p. 49) destacam em sua pesquisa que um quinto da população brasileira conhece alguém que tenha sido torturado, sendo que apenas 12% são aqueles os que consideram que a prática da tortura deve ser combatida².

¹ Para mais informações sobre a repercussão da pesquisa, inclusive com depoimentos de pessoas ligadas aos direitos humanos, acessar a matéria da Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2008-mar-09/cada_quatro_brasileiros_favor_tortura>. Acesso em: 2018.

² Segundo a referida pesquisa: “Perguntados se conhecem pessoalmente alguém que já tenha sido torturado, 20% (um em cada 5 brasileiros!) respondem afirmativamente (quadro 42) – taxa que chega a 36% entre quem tem ou teve no domicílio adulto ou adolescente infrator” (ARANTES; PONTUAL, 2010, p. 49).

Diante desse quadro é necessário traçar um breve histórico da condenação à tortura e sua criminalização e o porquê de fazer-se necessário combater e desnaturalizar tal prática. O combate e enfrentamento à tortura adquire status político, a partir, da relação da sua proibição com o valor da dignidade humana presente nas conquistas do iluminismo materializadas pelas Revoluções Americana e Francesa e corroboram ao estabelecer que cada ser humano é portador de direitos inalienáveis sendo os Estados constituídos para garanti-los (BRASIL, 2010). Cesare Beccaria (2006), no século XVIII, condenava a tortura como meio de prova, pois ela poderia fazer alguém resistente facilmente parecer um inocente e alguém que seja inocente, mas à tortura sucumba, tornar-se réu confesso.

No decorrer do século XVIII na Europa, países como Itália, França e Inglaterra adotaram sistemas legais liberais que proibiram a tortura (BRASIL, 2010). Segundo Comparato (2010b), a noção de crime contra a humanidade tem início do século XIX, quando da luta da Inglaterra contra o tráfico de escravos africanos. No século XX na Primeira Guerra Mundial, potências aliadas que lutavam contra a Alemanha, acusaram o Império Otomano, aliado dos alemães, de praticar crimes contra a humanidade por meio do genocídio do povo armênio (COMPARATO, 2010b).

Os horrores da Segunda Guerra Mundial levaram as grandes potências vencedoras, em uma atitude inédita na História mundial, a realizarem o julgamento penal dos responsáveis por essas barbáries, instituindo o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg (1945), criando também um sistema supraestatal de proteção dos Direitos Humanos, materializado na Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948) e na criação da Organização das Nações Unidas – ONU (1945) que vem ampliando e consolidando esse sistema através das Convenções e de Tribunais Internacionais para efetivação dos Direitos Humanos (BRASIL, 2010). Destacamos dentre eles a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra (1968), na qual, o Brasil não aderiu e o Estatuto do Tribunal Penal Internacional (1998) onde, segundo Comparato (2010a), a tortura veio incluída como um dos crimes de competência deste tribunal.

Embora os avanços na legislação Internacional e Nacional dos países que aderiram ao sistema internacional de proteção tenha sua relevância, a prática da tortura em seu viés mais extremo, como no genocídio dos jovens negros (as) pobres não foram erradicados, na América Latina e, especialmente, no Brasil, apesar da assinatura destes tratados. Conforme Luciano Mariz Maia (2002) no Brasil a tortura apresenta-se como uma herança cultural enraizada, a partir, das práticas de tratamento desumano da colonização portuguesa, que se utilizava da violência contra índios, escravizados e

pobres no geral para garantir o controle social, sendo ressignificada no “regime de exceção” da Ditadura Militar (1964-1985) fundamentada na ideia de garantir a “Segurança Nacional” adotando essa prática de modo intenso e aprimorado como instrumento político de tortura, amparado por marcos legais autoritários que o legitimasse, tais como o Ato Institucional nº 5 (1968), o autor ainda nos coloca a permanência da prática da tortura na redemocratização, que repercuti na continuidade destas práticas atualmente no Brasil e na ausência de uma cultura voltada para a defesa do valor da pessoa humana.

Ao final da ditadura militar, conforme destaca Lúcia Guerra (2014), houve a tentativa de reconstrução de uma forma de governo que buscasse, a partir de uma perspectiva cidadã, a construção de uma cultura voltada para a defesa dos direitos humanos. O processo de redemocratização foi marcado pela mobilização da sociedade civil, dos movimentos sociais, dos sindicatos e de outros atores políticos que lutaram para superar o legado autoritário da ditadura civil-militar no Brasil. Os Direitos Humanos são aqueles essenciais fundamentados no direito à vida, sendo a tortura considerada um crime contra a humanidade, condenada na DUDH (1948) em seu artigo V, que preceitua que “Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. Compreende Soares (2010) a tortura como crime de degradação humana que salta aos olhos, pois aquele que tortura seja na condição de autor direto, seja na condição de autor intelectual, ou ainda como cúmplice, age no sentido de desumanizar a vítima negando-a a condição de sujeito de direitos.

No Brasil, mapeando nossas Constituições encontramos os seguintes dados sobre a questão da tortura: na Constituição de 1824 condenava-se a prática de castigos cruéis, mas não se combateu a tortura exercida sobre escravizados. Assim desde a época do Império há uma vedação expressa às penas de caráter cruéis. Ocorre que como lembrou Maia (2002) o sistema jurídico liberal do império brasileiro convivia com a escravidão, um regime jurídico que permitia um ser humano possuir outro como se não fosse humano, mas sim uma coisa. A própria dinâmica da economia escravista se baseava na tortura como forma de subjugação da população negra. Assim, tínhamos a diferenciação jurídica entre o cidadão que estava protegido contra a tortura e àqueles a quem a cidadania era negada e contra quem a tortura era legitimada.

Esta violência constante sobre a população negra ajudou na estruturação de práticas policiais violentas contra grupos socialmente vulneráveis como negros, pobres, população em situação de rua, LGBTQ+, entre outros. Esta acumulação da violência constituiu a tortura como uma constante na operacionalidade real das agências punitivas. Assim, conforme nos alertou Zaffaroni (1991), por trás da retórica oficial do

sistema penal de controle social nos marcos dos direitos fundamentais, se estrutura um sistema penal subterrâneo que age a partir de sequestros, mortes, desaparecimentos forçados e, principalmente, através da tortura.

Nas Constituições republicanas de 1891 e 1934 o tema da tortura não é tratado, na de 1946 durante o Estado Novo não há menção desta, sendo um regime de exceção fundamentado na perseguição e tortura de seus adversários (SOARES, 2010). A Constituição de 1988 tem como um dos fundamentos do Estado democrático de direito, a reafirmação da dignidade da pessoa humana como inalienável, condenando qualquer ato que viole os direitos sociais, além de considerar a tortura um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. Também se observa que um dos princípios reitores da atuação internacional do Brasil está na prevalência e o respeito aos Direitos Humanos. No artigo 5º, no qual estão dispostos os direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos, a Constituição Federal prescreve em seu inciso III que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

O Brasil, por meio do Decreto Nº 592, de 6 de julho de 1992 incorporou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, um dos mais importantes pactos internacionais de defesa dos direitos humanos. Este documento legal define em seu artigo 7º que “ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será proibido, sobretudo, submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médias ou científicas”. Maia (2002) destaca que apesar da incorporação ao direito brasileiro ter se dado apenas no ano de 1992, o referido documento internacional influenciou a assembleia nacional constituinte na formação da redação do artigo 5º, III, anteriormente citado.

Em 1991, o Brasil aprova a Convenção Contra da Tortura e outros tratamentos ou Penas Cruéis, desumanas ou Degradantes que entrou em vigor no Plano Internacional em 1987. Fomentando a implementação do Mecanismo Preventivo Nacional para monitoramento e fiscalização dos locais de privação de liberdade, como uma das interfaces da promulgação dessa normativa, a partir da adesão ao seu protocolo facultativo. Nesse contexto, a tortura é tipificada como crime na Lei nº 9.455/97 seu texto reproduz o estabelecido na DUDH. A Convenção Contra a Tortura e outros tratamentos ou Penas Cruéis, desumanas ou degradantes inovou no ordenamento jurídico nacional ao conceituar juridicamente tortura no Direito brasileiro. Assim, o faz a partir de seu artigo 1º, vejamos:

Para fins da presente Convenção, o termo “tortura” designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa

tenha cometido ou seja suspeita de Ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

O presente artigo não será interpretado de maneira a restringir qualquer instrumento internacional ou legislação nacional que contenha ou possa conter dispositivos de alcance mais amplo.

Conforme destaca Maia (2002), esta definição de tortura é extremamente problemática, pois enfoca apenas na tortura realizada institucionalmente, excluindo deste conceito outras formas de tortura. Ocorre que, apesar da convenção trazer este conceito como vemos na redação final do referido artigo, esta conceituação não exclui qualquer outra definição de tortura realizada pelos ordenamentos jurídicos dos países pactuantes que seja mais abrangente. Abre-se, assim, espaço para que os estados ampliem o conceito de tortura acima expresso. Deste modo, a já citada Lei nº 9.455/97, ao criminalizar a tortura não apenas o fez como conduta realizada apenas por funcionário público. Ela, ao contrário, traz um conceito amplo de tortura. Assim, vejamos o artigo 1º desta lei para melhor compreender como a tortura foi criminalizada pelo direito brasileiro:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminoso; c) em razão de discriminação racial ou religiosa; II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

Não há a menção expressa de que o sujeito ativo do delito precisa ser funcionário público. Assim, concordamos com a análise dogmática proposta por Maia (2002), para quem nenhuma das condutas tipificadas pela referida lei, tem como sujeito ativo apenas agentes estatais. Deste modo afirmamos que a lei brasileira avança ao combater a tortura não apenas de agentes estatais, mas também aquela praticada por quem não

detém qualquer vínculo profissional com o Estado brasileiro. Abra-se a possibilidade de responsabilização penal de pessoas que cometem atos de tortura no ambiente privado e em âmbitos para além do estatal, permitindo, por exemplo, a repressão da tortura praticada em ambiente doméstico, em locais onde se exerça vínculo de autoridade de natureza diversa da pública, da tortura por motivos racistas ou homofóbicos e etc. Também há, neste contexto, a tipificação autônoma da conduta do agente público que, podendo evitar ou tendo o dever de o fazê-lo, não o faz. Esta criminalização se dá através do § 2º, no qual consta: “aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos”.

Segundo Comparato (2010b) a decisão do STF ao rejeitar a Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 153 apresentada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFO-OAB) considerando que a Lei de Anistia de 1979 concedia anistia ampla que incluía os crimes abjetos, ou seja, a tortura, praticada por agentes públicos na Ditadura Militar. Esta posição do STF de acordo com Comparato (2010a) fere os direitos fundamentais da Constituição de 1988 e infringe notoriamente o sistema internacional de Direitos Humanos com a não punição dos agentes repressivos e torturadores do estado Brasileiro. Esta decisão ajuda a fomentar uma cultura que deixa espaço para a perpetuação desta prática, como também se cria na sociedade comoções seletivas, onde determinados grupos – negros, LGBT+, indígenas, quilombolas, etc. – historicamente excluídos são enquadrados como corpos torturáveis (BRASIL, 2010), onde a violência do Estado sobre eles é considerada aceitável, ou no máximo indiferente, quando deveria, isto sim, ser repudiada e combatida. A noção de corpos torturáveis dialoga com o pensamento de Foucault (1999) a partir do Biopoder que traz consigo a premissa do deixar viver aqueles considerados “dignos” e deixar morrer aqueles vistos como “degenerados”. Esta tortura que observamos horrorizados é uma continuidade do que ocorria nos porões da Ditadura e que tem forte impacto no âmbito policial com a violação de direitos e a negação da cidadania. Mas, pontuação de Lucia Guerra (2014) é importante no sentido de que a decisão do STF não impede o acionamento das instâncias internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) com sede em San Jose da Costa Rica o que pode render uma responsabilização internacional pela omissão na apuração dos crimes de lesa humanidade. Embora, como destaque Abrão (2010), a CIDH não tenha poder de punir de fato os perpetradores, é um importante meio de pressionar as estruturas jurídicas nacionais caso entenda a responsabilidade brasileira pela violação de Direitos Humanos.

As classes populares são as que mais sofrem com a violação de Direitos Humanos, por que sempre foram considerados como “perigosos”. Segundo Marilena Chauí (1989) as classes dominantes sempre criminalizaram as classes populares associando-as ao banditismo e a violência, onde estes merecem o rigor da polícia e a indiferença a respeito dos seus direitos sociais (SOARES, 2010). A prática da tortura encontra-se, neste contexto, presente na realidade operacional do sistema penal que reflete a banalização da violência e o autoritarismo que nega direitos humanos e a condição de humanidade daqueles indivíduos classificados como “perigosos”.

A Pastoral Carcerária em relatório sobre tortura (2010) denunciou casos de tortura em 20 estados brasileiros, sendo São Paulo o estado com maior índice, destaca-se que a maioria dos responsáveis pelos crimes não sofreu punições. A maioria das denúncias de tortura dentro do sistema penitenciário são feitas por presos, familiares, até mesmo por agentes penitenciários embora muitos não denunciem por medo de represálias (SOARES, 2010). Araújo (2010) em seu estudo sobre a vulnerabilidade das populações carcerárias e urbanas à tortura no estado de Pernambuco nos coloca que a tortura é “permitida” entre os próprios detentos, sendo uma realidade presente nas unidades prisionais, onde ocorrem muitos casos de homofobia, somados as humilhações e condutas vexatórias naturalizadas no cárcere.

O encarceramento em massa³ agrava ainda mais esta situação, viabilizando constantes rebeliões e extermínios ocorridos nas prisões brasileiras, como o massacre ocorrido no Complexo Penitenciário de Pedrinhas no Maranhão em 2010 dentre outros⁴. Tal contexto gera a total negação de Direitos Humanos impulsionado pela guerra às drogas que põe o Brasil como a 3º maior população carcerária do mundo, com um total de 726.712 pessoas privadas de liberdade segundo o Ministério da Justiça (BRASIL, 2017). Segundo dados do Atlas da Violência (BRASIL, 2018), que nos coloca ainda em 2016 o Brasil com índices de homicídios de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, ou seja, tal índice é 30 vezes maior que os índices registrados de homicídios na Europa, o que incide diretamente no genocídio da população negra, pobre e periférica e na premissa da existência de corpos torturáveis para o sistema, logo descartáveis.

³ Segundo Borges (2018) é o processo de aprisionamento em massa da população negra, pobre e periférica, a partir do racismo punitivo do Estado responsável por sentenciar essa população ao cárcere e ao extermínio. Tal processo é entendido pelos movimentos negros enquanto um verdadeiro genocídio desta população, estando diretamente relacionada à guerra às drogas.

⁴ Listagem dos maiores massacres em unidades prisionais no Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lembre-os-maiores-massacres-em-presidios-do-brasil,10000097686>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Mudar esse panorama é urgente por isso à necessidade de se efetivar em todos os estados a Política Nacional de Combate e Enfrentamento à Tortura, a partir da articulação de Mecanismos e Comitês estaduais de prevenção e combate à tortura como estruturas essenciais para reunir os atores da sociedade civil e representantes de universidade, e órgãos públicos a fim de articular medidas de enfrentamento as práticas e rotinas que levam à tortura. Tais, espaços foram criados pelo estado brasileiro, a partir da promulgação em 2007 do protocolo facultativo à Convenção contra a Tortura da ONU de 18 de dezembro de 2002, por essa razão efetivar o funcionamento destes espaços é institucionalizar o enfrentamento da prática da tortura, por meio, de fiscalizações e punições aos perpetradores e demais apoiadores desta prática.

O referido protocolo facultativo foi internalizado na ordem jurídica nacional através do Decreto Nº 6.085, de 19 de abril de 2007. O protocolo facultativo visa estipular, conforme artigo 1º: “[...] um sistema de visitas regulares efetuadas por órgãos nacionais e internacionais independentes a lugares onde pessoas são privadas de sua liberdade, com a intenção de prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes”. O referido ato normativo internacional estabelece Um Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes do Comitê contra a Tortura que deve desempenhar suas funções tendo como marco da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (art. 2). Os princípios reitores do Subcomitê de prevenção são “confidencialidade, imparcialidade, não seletividade, universalidade e objetividade” (art. 3). Este subcomitê deve realizar intenso diálogo com os Estados pactuantes.

É com base no artigo 3º da referida normativa internacional que previu os órgãos de fiscalização, os mecanismos nacionais de prevenção e combate à tortura, que visam o cumprimento das regras referentes aos direitos humanos em matéria prisional como forma de evitar a tortura através da prevenção e de seu efetivo combate. Assim, neste artigo 3º vemos que o protocolo Facultativo preceitua que: “[...] cada Estado-Parte deverá designar ou manter em nível doméstico um ou mais órgãos de visita encarregados da prevenção da tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (doravante denominados mecanismos preventivos nacionais)”. É com base nesta normativa que veremos a constituição do Mecanismo Nacional e dos Mecanismos Estaduais no Brasil.

Considerações sobre a efetivação da Política Nacional de Combate e enfrentamento à Tortura na Paraíba

Com vistas a garantir uma maior densidade a luta contra a tortura adveio Lei Nº 12.847 de 2 de agosto de 2013 que “institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências”. Este sistema articula vários órgãos com o objetivo de aprimorar a prevenção e o combate a tortura de modo a coordenar as ações de diferentes atores sociais e institucionais a partir da soma de esforços entre as diferentes esferas de gestão e entre os três poderes. Inclui-se, deste modo, entre no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura os Comitês e Mecanismos de Combate a Tortura estaduais e distrital.

Neste sentido, destaca Souza e Negócios (2016, p. 345) à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC, que visando investigar os autos índices de violência no Estado da Paraíba instituiu, no âmbito da PRDC, o Fórum Metropolitano de Discussão e Diálogo de Prevenção e Monitoramento da Violência que em uma de suas frentes tem como o objetivo a implantação de três mecanismos que se relacionam diretamente a concepção de uma segurança pública cidadã, quais sejam: “Combate e Prevenção à Tortura, Proteção a Vítimas e Testemunhas e Proteção a Defensores de Direitos Humanos”. A Lei nº 9.413, de 12 de julho de 2011, foi a lei que “Cria o Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba - CEPCT/PB e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba - MEPCT/PB”, entre as funções dos referidos órgãos está, conforme lemos no artigo 1º, “erradicar e prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes”. No Decreto nº 33.558, de 04 de dezembro de 2012, temos a aprovação do “Regimento Interno do Comitê Estadual para a Prevenção e o Combate à Tortura na Paraíba - CEPCT/PB” que regulamenta as disposições contidas na Lei nº 9.413.

As diretrizes que regem o CEPCT/PB foram elencadas no artigo 2º da Lei nº 9.413/2011, *in verbis*:

- I – respeito integral aos direitos humanos, em especial das pessoas privadas de liberdade, mediante qualquer forma de detenção, aprisionamento ou colocação em estabelecimento público de vigilância, de onde, por força de ordem judicial ou administrativa, não tenham permissão de se ausentarem por vontade própria;
- II – articulação, em regime de colaboração, inclusive crítica, orientadora e propositiva entre as esferas de governo e de poder, principalmente, entre os órgãos responsáveis pela segurança pública, pela custódia de pessoas privadas de liberdade, por locais de longa permanência e pela proteção de direitos; III –

adoção das medidas necessárias, no âmbito de suas competências, para a prevenção e o combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis desumanas ou degradantes.

Vê-se que o referido comitê se constitui como um importante órgão na defesa dos direitos humanos, com possibilidade de ampla participação da sociedade civil a partir de seus representantes, permitindo a articulação entre diferentes órgãos estatais e a sociedade civil como um todo. É competência do Comitê, conforme o artigo 4º, XII, da citada lei estadual “coordenar o processo de seleção dos membros do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à tortura da Paraíba – MEPCT/PB”. Entre as funções estabelecidas para o MEPCT/PB previstos na Lei nº 9.413, em seu artigo 6º, elenca-se:

I – planejar, realizar, conduzir e monitorar visitas periódicas e regulares a pessoa privada de liberdade, qualquer que seja a forma ou fundamento de detenção, aprisionamento, contenção ou colocação em estabelecimento público ou privado de controle ou vigilância; as unidades públicas ou privadas de internação, abrigo ou tratamento, para verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas; II – realizar as visitas referidas no inciso I supra, em sua composição plena, ou em grupos menores, podendo convidar integrantes da sociedade civil, com reconhecida atuação em locais de privação de liberdade, bem como peritos e especialistas nas áreas de direito, sistema penitenciário, medicina, psicologia, engenharia e arquitetura e, outras afins, para fazer o acompanhamento e assessoramento nas visitas, sendo os documentos, laudos e outros instrumentos produzidos pelos especialistas, considerados válidos para instruir o processo legal; III – articular com o Mecanismo Preventivo Nacional, de forma a obter apoio, sempre que necessário, em suas missões no território paraibano, com objetivo de unificar as estratégias e políticas de prevenção da tortura; IV – requisitar da autoridade competente a instauração imediata de procedimento criminal e administrativo, caso se constatem indícios da prática de tortura ou tratamento cruel, desumano e degradante; V – elaborar relatório circunstanciado de cada visita de inspeção promovida aos locais de privação de liberdade, aludidos no inciso I deste artigo, e, no prazo máximo de 1 (um) mês, apresentá-lo ao competente no inciso I deste artigo, e, no prazo máximo de 1 (um) mês, apresenta-lo ao Comitê Estadual para a Prevenção e combate à tortura na Paraíba – CEPCT/PB, à Procuradoria-Geral de Justiça da Paraíba e às autoridades estaduais responsáveis pelas detenções, bem como a outras autoridades competentes na matéria, ou pessoa privada responsáveis; VI – elaborar, anualmente, relatório circunstanciado e sistematizado sobre o conjunto de visitas realizadas, visando à prevenção da tortura na Paraíba, com o exame da situação no âmbito de cada unidade visitada, avaliando as medidas que foram adotadas e que significam boas práticas a serem difundidas, bem como as que deverão ser adotadas para assegurar a proteção das pessoas privadas de liberdade contra a prática de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes; VII – comunicar imediatamente ao dirigente do estabelecimento ou da unidade visitada, de qualquer dos entes federativos, bem como ao dirigente máximo do órgão ou da instituição a que esteja vinculado, ou ao particular responsável, o

inteiro teor do relatório produzido, a fim de que os responsáveis adotem as providências necessárias à eventual resolução dos problemas identificados e ao aprimoramento do sistema; VIII – fazer recomendações e observações de caráter geral e preventivo, bem como de caráter particular, específico e corretivo, às autoridades públicas ou privadas, com vistas à efetiva garantia às pessoas privadas de liberdade e do respeito aos seus direitos previstos nos instrumentos internacionais e na legislação nacional; IX – publicar e difundir os relatórios de visitas periódicas e regulares e o relatório circunstanciado e sistematizado anual, referido nos incisos V e VI deste artigo, sobre a prevenção da tortura no Estado da Paraíba; e X – elaborar e aprovar o seu regimento interno

Estes dois órgãos compõe o sistema estadual de prevenção e combate à tortura e desempenham um papel fundamental na garantia de direitos humanos. A importância da criação destas ferramentas dar-se pela recorrência de casos de tortura, como demonstra Noaldo Meireles (2015) quando analisa a recorrência dos casos de tortura na Paraíba, principalmente ligados ao Complexo Penitenciário de João Pessoa. Prevenir e combater a tortura implica um esforço integrado das várias esferas de governo estatal, dos órgãos judiciais, administrativos e parlamentares e da sociedade civil como um todo. A presença de inovações jurídicas como a criação de Comitês e Mecanismos de prevenção e combate à tortura pode implicar uma mudança de paradigma no enfrentamento a tortura. Nesse sentido, conforme destaca Souza e Negócios (2016) é urgente a implementação desta política na Paraíba, a fim, de desconstruir a cultura da tortura permissiva aos sujeitos tidos como perigosos e/ou privados de liberdade, no intuito, de fomentar outras práticas sociais que levam ao fim de tal ação tão nociva a sociedade como um todo.

Considerações finais

A tortura tem sido um problema histórico no Brasil. Com um passado autoritário e marcado por uma operacionalidade do sistema penal à margem da legalidade declarada pelo discurso jurídico-liberal, a tortura torna-se um problema que se relaciona à efetividade dos direitos humanos no Brasil. Neste sentido houve vários marcos legais que buscam enfrentar este problema no Brasil. Desde a Constituição Federal, passando pelas Convenções e Tratados Internacionais sobre direitos humanos, até os marcos legais nacionais, houve um grande esforço para que a prática da tortura fosse efetivamente combatida. Estes marcos legais, entretanto, não são suficientes para uma efetiva diminuição deste problema. Além das legislações nacionais e internacionais, há a necessidade de políticas públicas que dê densidade à estas normativas legais no Brasil. Além do mais é necessário a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos no Brasil.

Como uma importante política pública que dialoga com as normativas internacionais sobre direitos humanos, mais precisamente no protocolo facultativo à Convenção contra a Tortura da ONU, foram criados o Mecanismos Nacionais de Prevenção e Combate à Tortura, pertencente ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Com base nesta experiência e integrando o Sistema Nacional foram criados os Mecanismos Estaduais e Distrital de Prevenção e Combate à Tortura e os Comitês Estaduais e Distrital de Prevenção e Combate à Tortura. Neste sentido a Paraíba compôs, também, o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura encontra-se em processo de formação. Estas constituem-se como importantes políticas públicas na luta pela dignidade humana e contra a tortura.

Referências

ABRÃO, P. A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. In: COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA (Org.). **Tortura**. 1.ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

ARANTES, M. A.; PONTUAL, P. Tortura, desaparecimentos políticos e Direitos Humanos. In: VENTURI, G. (Org.). **Direitos Humanos** – percepções da opinião pública. SDH, 2010. p. 43-52.

ARAÚJO, A. Vulnerabilidade das populações carcerárias e urbanas à tortura: um olhar sobre as condições das penitenciárias do estado de Pernambuco. In: COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA (Org.). **Tortura**. 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 144-149.

BARBOSA, M. A. Aspectos relativos aos Direitos Humanos e suas violações, da década de 1950 à atual e processo de redemocratização. In: COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA (Org.). **Tortura**. 1.ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Campinas: Russel, 2006.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 40, de 15 de fevereiro de 1991. **Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 592, de 6 de julho de 1992. **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-592-6-julho-1992-449004-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Lei Nº 9.455, de 7 de abril de 1997. **Define os crimes de tortura e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 6.085, de 19 de abril de 2007. **Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes**. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6085-19-abril-2007-553317-norma-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Lei Nº 12.847, de 2 de agosto de 2013. **Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12847-2-agosto-2013-776717-norma-pl.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: DEPEN, 2017.

BRASIL. IPEA. **Atlas da violência**. 2018. [Organizado por D. C. Cerqueira, R. S. Lima, S. Bueno, C. Neme, H. Ferreira, D. Coelho].

BRASIL, V. V. Dano e reparação: construindo caminhos para enfrentar a tortura. In: COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA (Org.). **Tortura**. 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

CHAUÍ, M. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A. C. R. Direitos humanos. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

COMPARATO, F. K. **Rumo à justiça**. São Paulo: Saraiva, 2010a.

COMPARATO, F. K. O conceito jurídico de Tortura. In: COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA (Org.). **Tortura**. 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010b.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUERRA, L. Memória e Verdade: o Brasil e a ditadura. In: FLORES, E. C. *et al.* **Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

MAIA, L. M. Tortura no Brasil: a banalidade do mal. In: LYRA, R. P. **Direitos Humanos: os desafios do século XXI**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

MEIRELES, N. **A institucionalização da prevenção e do combate à tortura no Brasil e no estado da Paraíba**: Querendo ver a frente das coisas olhando de lado. 123f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Federal da Paraíba, 2015.

MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2006.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ONU. **Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade**, de 26 de novembro de 1968. Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/convencao-sobre-a-imprescritibilidade-dos-crimes-de-guerra-e-dos-crimes-contr-a-humanidade.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PARAÍBA. Lei nº 9.413, de 12 de julho de 2011. **Cria o Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba – CEPCT/PB e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba – MEPCT/PB**. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/341riooficial13072011A.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

PARAÍBA. Decreto nº 33.558, de 04 de dezembro de 2012. **Institui o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária no Estado da Paraíba e dá outras providências**. Disponível em: <<static.paraiba.pb.gov.br/2012/12/Diário-Oficial-05-12-2012B.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Relatório sobre Tortura**: uma experiência de Monitoramento dos Locais de Detenção para Prevenção da Tortura. 2010.

SOARES. M. V. de M. B. Tortura no Brasil, uma herança maldita. In: COORDENAÇÃO GERAL DE COMBATE À TORTURA (Org.). **Tortura**. 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

SOUZA, J. G. B. de; NEGÓCIOS, C. D. L. Segurança Cidadã: um projeto para a construção de uma política pública para o enfrentamento da violência. In: DINIZ, A. da S. et al. (Orgs.). **Ensaio sobre a violência em João Pessoa**: o que anda nas cabeças, anda nas bocas. João Pessoa: Ideia; 2016. Disponível em: <<https://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2017/04/doctrina45173.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Decolonialidade e Direitos Humanos na Pós-Graduação em Direitos Humanos Brasileira: uma análise preliminar

Lucas Lopes Oliveira^{*}
Iany Elizabeth da Costa^{**}

Introdução

A presente pesquisa tem como tema os estudos, no âmbito das pós-graduações *stricto sensu* no Brasil, sobre o pensamento decolonial e sua aplicação ao estudo das pesquisas em Direitos Humanos no Brasil. Nesse sentido, buscamos identificar a recepção dos estudos decoloniais nas pós-graduações em Direitos Humanos no Brasil, pois entendemos que os estudos decoloniais, ao criticarem o discurso eurocêntrico tradicional que fundamenta as abordagens teóricas ocidentais, fornecem importante ponto de tensionamento que pode abrir margem a construção de novos pressupostos para a pesquisa em Direitos Humanos.

A presente pesquisa tratou de inicialmente refletir sobre a concepção teórica de Direitos Humanos e sobre o pensamento e decolonial, abordando teoricamente os pontos de imbricamento e de tensão entre o pensamento decolonial e os estudos em Direitos Humanos. Posteriormente realizamos uma pesquisa no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em seu Repositório de Dissertação e Teses, de forma a identificar a inserção do pensamento decolonial nas pesquisas em Direitos Humanos no âmbito das pós-graduações *stricto sensu* no Brasil. A escolha pela utilização desse banco de dados como material de pesquisa tem em vista que o mesmo compila as pesquisas no âmbito das pós-graduações *stricto sensu* no país e, sendo os cursos de mestrado e doutorado importantes termômetros da pesquisa no Brasil, fornecem importante recorte de pesquisa. Após identificarmos o banco de dados que seria pesquisado, passamos a pesquisar nas produções vinculadas a Programas de

^{*} Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: lucasoliveira.sol74@gmail.com

^{**} Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PosGeo) da Universidade Federal Fluminense (UFF), perita do Mecanismo de Combate à Tortura da Paraíba – MCTP/PB.

E-mail: ianyelizabethufpb@gmail.com

Pós-Graduações em Direitos Humanos as pesquisas que abordavam o pensamento decolonial, por via do mecanismo de busca disponível no referido portal. Assim, podemos observar uma inserção do pensamento decolonial com presença no âmbito das pós-graduações *stricto sensu* em Direitos Humanos no Brasil.

Decolonialidade e Direitos Humanos: Alguns Apontamentos

Os Direitos Humanos enquanto *práxis* e ideia foram consolidados na sociedade ocidental à custa de muita luta. Seus princípios e observâncias partem do entendimento que toda pessoa humana tem o direito universal a dignidade. Nesse sentido, todos os seres humanos independentemente de credo ou cor de pele têm que ter assegurado os direitos básicos de cidadania (saúde, educação, trabalho etc.).

Sparemberger e Guerra (2012) ao citar Dalmo Dallari asseveram que a expressão “direitos humanos” é subentendida como uma abreviação de direitos fundamentais, haja vista, que são essenciais para asseguar da dignidade do ser humano. Os direitos fundamentais enquanto deontologia do estado de direito corresponde às necessidades básicas dos sujeitos que o Estado deve assegurar tanto internamente quanto ao ratificar tratados internacionais que versam a temática.

Nesse contexto, os direitos fundamentais para Bruno Galindo (2003, p. 48) “[...] são aqueles direitos imanescentes, inerentes a todos os seres humanos em qualquer época ou lugar”. Sendo estes conquistados em uma fase bastante difícil da humanidade, o período entre as grandes Guerras Mundiais, o Genocídio do Povo Judeu, entre outras atrocidades cometidas pelos blocos de poder. Gerando uma sede de justiça social na sociedade ocidental que culminou na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na criação da Organização das Nações Unidas – ONU (1945), bem como, seus desdobramentos normativos, vale citar que a Carta Magna brasileira (BRASIL, 1988) é conhecida como a Constituição Cidadã por que bebe dessas prerrogativas.

Para Flores (2009, p. 34) os direitos humanos são “[...] o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida”. Dito isso, é importante salientar que o mesmo muitas vezes torna-se distante da vivência daqueles que tem seus corpos violados pelos jogos de poder.

Achille Mbembe (2018) denota que os corpos negros são colocados numa condição de subalterno, logo, há um arcabouço cultural, histórico, social e político que o coloca em um segundo patamar. Ainda em Mbembe (2016) a necropolítica é justamente a política de extermínio dos corpos negros como sujeitos tidos para deixar morrer. Silvio

Almeida (2018) entende que os corpos negros na construção social do estado moderno são sujeitos de segunda classe e por isso, propensos a ser deixada a sua própria sorte, logo, são descartáveis.

Pois, na materialidade sua execução apresenta o “[...] universalismo abstrato, que tem no mínimo ético um ponto de partida e não de chegada” (PIOVISAN, 2009, p. 19).

Sarlet (2009) enfatiza que para que a pessoa humana tenha seus direitos respeitados faz-se necessário que a mesma tenha sua dignidade reconhecida. Logo, não há uma plena observância dos direitos humanos enquanto ato consolidado no fazer social, quando ainda mantemos legados do racismo e da organização colonial de mundo que dispõem quem são os sujeitos de primeiro mundo (DUSSEL, 2000).

Sendo assim, a ideia de Direitos Humanos enquanto epistemologia que temos no ocidente conforme Flores (2009), Bertonha (2005) e Visentini (2014) atribuem aos atores europeus à base fundamental do que vem a ser compreendido como direito humano. Ou seja, dito de outra forma o próprio entendimento dos Direitos Humanos estão atrelados a acontecimentos e reflexão que partem do Velho Mundo, como eterno propulsor do pensamento crítico e delineador do que pode ser definido como moderno. Logo, quem tem direito a ser reconhecido como ser humano.

Frente a este jogo de visibilidade seletiva, a teoria decolonial emerge ao Sul nos núcleos de pesquisa latino-americanos, caribenhos e ainda norte-americanos por meio de intelectuais ativistas como Mignolo (2008), Quijano (2005) e Spivak (2010) que desde a década de 1970 que vão questionar os efeitos da colonialidade que reverbera na construção do pensamento acadêmico nas ex-colônias do Velho Mundo.

Deste modo Anibal Quijano (2005) quando nos coloca a síntese da colonialidade de poder, assevera que os efeitos da colonização perduram enquanto status de pretensa superioridade europeia. Ante a isto a crítica decolonial busca na verdade evidenciar as vivências e epistemologias que são construídas por outros sujeitos.

Outros porque foram colocados na figura de subalternos, que conforme Spivak (2010, p. 12) “[...] é sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não é”. Deste modo, a Teoria Decolonial a luz dos Direitos Humanos vem como crítica assertiva da vinculação da produção epistêmica que parte de fora. Ou seja, o ato de recorrer a teóricos europeus para pensar as situações do que se consolidou entender por Terceiro Mundo (GROSFOGUEL, 2008). Destituindo a capacidade do subalterno falar.

Na corrente contrária a isso, o pensamento decolonial e a teoria crítica dos direitos humanos fomentam a valorização das narrativas dos sujeitos antes invisíveis.

Além do mais, entender diferentes noções e saberes que compõe a diversidade da dignidade humana, coloca em xeque a ideia de direitos humanos universal. Visto que a universalidade só é inclusiva quando respeita a diversidade, caso contrário é apenas uma falta equidade de acesso aos direitos fundamentais.

Por essa razão empoderar e valorizar outras narrativas, permite que haja uma nova visão dos Direitos Humanos que reconhecem e compreende outros saberes e sabores em vem do que Airton Krenak (2021) chama das “bordas do mundo”. De lugares os o discurso do capitalismo não encontra espaço, pois, na cosmovisão dos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e etc.

Eles percebem a comunhão das coisas com a natureza como força motora para luta por justiça social. Neste sentido, é preciso reconhecer e somar forças nos revoltando contra as injustiças sociais, e a pesquisa acadêmica tem esse papel de trazer outros sujeitos e abordagens que constroem uma narrativa decolonial em Direitos Humanos para que possamos verdadeiramente vivenciar a equidade social, racial, sexual.

Pesquisa decolonial na Pós-Graduação em Direitos Humanos no Brasil

A presente pesquisa tratou de investigar as pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação brasileira na área dos direitos humanos que tivessem como tema a pesquisa decolonial ou teoria decolonial. Para tanto utilizamos uma pesquisa no Repositório de Dissertações e Teses da CAPES. A escolha por esse banco de dados deu-se, pois o mesmo tem o compilado das dissertações e teses defendidas. A escolha por dissertações e teses deu-se por ser a pós-graduação o importante local de reverberação das correntes teóricas que embasam a ciência no Brasil, sendo sabido que boa parte do conhecimento científico é realizado ao longo de Programas de Pós-Graduação. Também é sabido que a pós-graduação *stricto sensu* é responsável pela formação em alto nível de pesquisadores e pesquisadoras no Brasil e no mundo. Logo, pretendemos encontrar aí um material importante de pesquisa que reflita a tendência do pensar científico-cultural da academia brasileira. Além de ter um material rico de análise em termos de qualidade.

Como forma de delimitar nossa busca ao âmbito dos Direitos Humanos, nosso objeto de pesquisa ao longo deste trabalho, inserimos um fator de restrição/refinamento de busca de forma a captar apenas os Programas de Pós-Graduação que tenham como temática central o estudo dessa área do conhecimento. Para melhor delimitar a pesquisa ao campo dos Direitos Humanos resolvemos selecionar os programas que estejam nessa área. Assim, por não haver uma área ou

grande área sobre o tema na CAPES, estando os programas que debatem Direitos Humanos distribuídos em outras áreas, como educação, direito, multidisciplinar e etc., resolvemos refinar nossa busca pelo nome do programa, ou seja, selecionamos apenas programas que tenham em seu nome a referência aos Direitos Humanos. A partir da seleção desse campo de análise, as produções no âmbito dos programas em Direitos Humanos, realizamos uma pesquisa sobre o termo decolonial.

Assim, foi realizada Pesquisa pelo termo “Decolonialidade” e com a busca refinada, ao utilizar a opção “Refinar meus resultados” foi realizada a restrição dos resultados com a opção “Nome Programa” em que foi escolhido a Seleção de Programas que contivesse a expressão “Direitos Humanos”. Com esses indicadores de busca no referido banco de dados foi possível encontrar 17 trabalhos que enumeramos abaixo:

Tabela 1 – Lista de trabalhos que retornaram a busca sobre decolonialidade e Direitos Humanos (continua)

1. CARVALHO, Lizia de Oliveira. Sentidos de florescer: feminismos e decolonialidade na comunicação de mulheres Aymara. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
2. MENEGON, Carolina. A colonialidade e o pensamento feminista latino-americano: desafios e perspectivas dos feminismos nas nações “periféricas”. 94 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.
3. CUNHA, Luiz Henrique Matias da. Terras indígenas e o STF: análise de decisões na perspectiva decolonial de Aníbal Quijano (2009-2018). 110 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
4. PEREIRA, Isabella Bruna Lemes. As identidades de gênero e sexualidade na visão dos parlamentares da Câmara Federal: uma análise do discurso a partir dos projetos "escola sem partido". 242 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: < http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8065 >. Acesso em: 2022.
5. PINHEIRO, Maisa Sampietro. O sistema interamericano de Direitos Humanos e a proteção das famílias LGBTI+: Uma análise decolonial frente à sistemas de dominação. 127 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
6. CERQUEIRA, David Martins de. A Institucionalização do Estado Plurinacional como Instrumento para efetivação dos Direitos Humanos: Uma Perspectiva Comparada entre Brasil e Bolívia. 124 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

Tabela 1 – Lista de trabalhos que retornaram a busca sobre decolonialidade e Direitos Humanos (conclusão)

7. SANTOS, Ramon Andrade dos. A raça como tecnologia de governo: uma crítica decolonial à teoria de Direitos Humanos. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2020.
8. COELHO, Marina Dias Dalat. Propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais: uma análise discursiva decolonial sobre o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais no ordenamento jurídico brasileiro sob a perspectiva dos direitos humanos. 251 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: < http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7772 >. Acesso em: 2022
9. SILVA, Guilherme Oliveira. A luta decolonial da comunidade quilombola de Picadinha pela titulação definitiva da terra. 120 f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.
10. GOMES, Erina Batista. Sombras, brechas e gritos: vozes silenciadas, consulta prévia e re-existência nas margens do rio Tapajós. 155 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
11. MONTEL, Larissa. Migração haitiana no Rio de Janeiro: uma perspectiva de gênero. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
12. NETO, Lourival Ferreira de Carvalho. Negociação da diferença na experiência de corpos e sexualidade plurais em comunidades rurais e na capital do Piauí. 122 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
13. MIRANDA, Carolina Lima. O santuário Tapuya dos Pajés na cidade de Brasília: da poética do sagrado à retórica da resistência, sob a ótica do pluralismo jurídico latino-americano. 108 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: < http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4392 >. Acesso em: 2022.
14. ARAUJO, Larissa da Silva. Baianas de acarajé contra FIFA: um estudo de caso sobre desenvolvimento e colonialidade. 257 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
15. ALMEIDA, Natalia Rita de. A educação através dos agogôs, atabaques e pandeiros: O samba de roda goiano e questões de direitos humanos. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: < http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6598 >. Acesso em: 2022.
16. CASTRO, Ana Luisa Machado de. Ecoando dos cinco cantos: feminismo negro brasileiro e questões de direitos humanos. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: < http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9071 >. Acesso em: 2022.
17. ARAUJO, Olga Brigitte Oliva de. Práxis decoloniais na universidade: a experiência do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais da Universidade de Brasília. 184 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Fonte: Realizado pelos autores a partir do banco de dados da CAPES.

Foram encontrados os seguintes resultados em termos de nomes de programas e o respectivo quantitativo de produções:

Tabela 2 - Número de trabalhos retornados na busca pelo termo “decolonial” por Programa de Pós-Graduação

Nome do Programa de Pós-Graduação	Número de trabalhos retornados na busca pelo termo “decolonial”
Direitos Humanos	9
Direitos Humanos e Cidadania	5
Fronteiras e Direitos Humanos	1
Políticas Públicas em Direitos Humanos	(2)

Fonte: Realizado pelos autores a partir do banco de dados da CAPES.

Os Resultados foram distribuídos ao longo de três Áreas de Conhecimento da CAPES:

Tabela 3 - Número de trabalhos retornados na busca pelo termo “decolonial” por Área de conhecimento

Áreas do Conhecimento da CAPES	Número de trabalhos retornados na busca pelo termo “decolonial”
CIÊNCIA POLÍTICA	2
DIREITO	2
SOCIAIS E HUMANIDADES	13

Fonte: Realizado pelos autores a partir do banco de dados da CAPES.

Essas três áreas encontravam-se distribuídas ao longo de três Grandes Áreas da CAPES:

Tabela 4 - Número de trabalhos retornados na busca pelo termo “decolonial” por Grande Área

Grande Áreas de Conhecimento da CAPES	Número de trabalhos retornados na busca pelo termo “decolonial”
CIÊNCIAS HUMANAS	(2)
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	(2)
MULTIDISCIPLINAR	(13)

Fonte: Realizado pelos autores a partir do banco de dados da CAPES.

Quanto à distribuição institucional, os resultados foram divididos em 6 Instituições de Ensino Superior (IES):

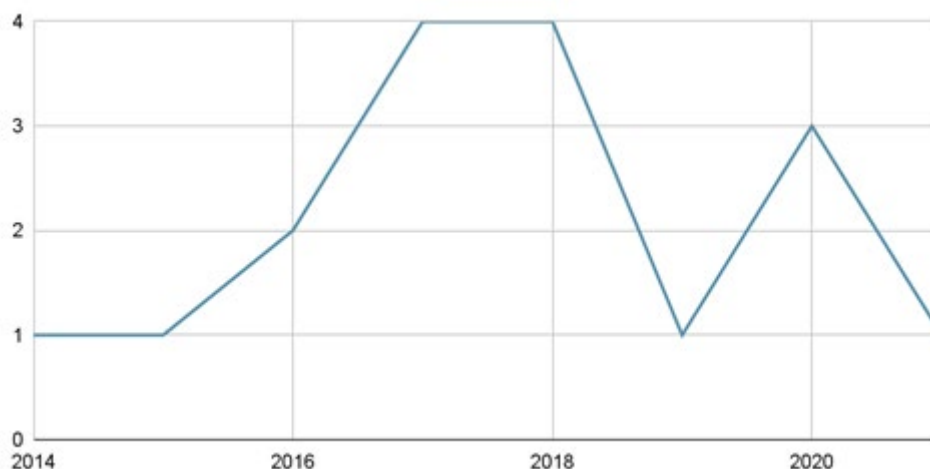
Tabela 5 - Número de trabalhos retornados na busca pelo termo “decolonial” por IES

IES	Número de trabalhos retornados na busca pelo termo “decolonial”
UNIV. REFIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	7
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2
UNIVERSIDADE TIRADENTES	1

Fonte: Realizado pelos autores a partir do banco de dados da CAPES.

A regularidade ao longo dos anos foi a seguinte: 2014 (1); 2015 (1); 2016 (2); 2017 (4); 2018 (4); 2019 (1); 2020 (3); 2021 (1).

Gráfico 1 – Incidência de trabalhos que retornaram na pesquisa ao longo dos anos



Fonte: Realizado pelos autores a partir do banco de dados da CAPES.

Ver-se a partir da distribuição temporal um aumento gradual de produção registrada no banco de dados da CAPES sobre temáticas decoloniais, tendo um pico entre 2016 e 2018, com leve diminuição nos anos mais recentes, talvez em virtude do atraso no registro dos referidos dados em relação a defesas mais recentes. O aparecimento da temática no banco de dados dar-se a partir de 2014, mostrando como, mesmo com oscilações, essa temática tem se mantido constante ao longo dos anos, com pelo menos uma publicação registrada por ano. Essa presença constante, desde sua inserção na primeira incidência de busca da temática decolonial nas Pós-Graduações em Direitos Humanos, apesar de não regular, mostra que está se formando importante campo de pesquisa na pós-graduação brasileira na área de Direitos Humanos.

Os objetos de análise variam de forma intensa, mostrando como o pensamento decolonial pode servir de importante ferramenta para a compreensão de várias problemáticas relacionadas aos Direitos Humanos. Entre os focos de análise desses trabalhos estão questões de gênero e o feminismo; questões sobre desigualdades raciais, questão étnico-racial e territorial, decisões judiciais sobre direitos humanos, população LGBTQI+, conhecimentos tradicionais associados, migrações, experiências acadêmicas decoloniais, conflitos entre desenvolvimento e decolonialidade, cultura e diversidade etc.

Considerações finais

A presente pesquisa apontou para uma inserção constante do pensamento decolonial no âmbito da pesquisa nas pós-graduações em Direitos Humanos no Brasil, desde as suas primeiras incidências. Essa inserção, embora não regular haja vista variações de incidências, mostra-se constante, pois se mantém presente ao longo dos anos a partir da primeira incidência. Dessa forma, foi possível identificar a incidência ao longo do tempo nas produções referenciadas nessa base de dados. Também podemos ver em termos de grande área do conhecimento, área do conhecimento e instituição, as incidências disponíveis no respectivo banco de dados.

As limitações do estudo têm a ver com os limites dos mecanismos de busca do portal da CAPES que podem não retornar trabalhos embasados no pensamento decolonial apenas com a pesquisa nominal disponível no site. Apesar disso, observamos que os trabalhos encontrados fornecem importante material para pensar os Direitos Humanos através do pensamento decolonial.

Analisar a riqueza e a diversidade desses trabalhos pode ser a chave de leitura para vários trabalhos no âmbito da graduação e da pós-graduação no Brasil, pois correspondem a importantes leituras sobre os Direitos Humanos, sendo pioneiros por trazer o pensamento decolonial para estudar temáticas caras ao estudo dos Direitos Humanos no Brasil. Nesse estudo, em virtude do tamanho da pesquisa que nos propomos, ou seja, um artigo, não analisamos detalhadamente cada um dos artigos de forma exaustiva, mas indicamos a sua leitura e a análise por parte de outros/outras pesquisadores e pesquisadoras como importante debate a se construir no âmbito acadêmico.

Referências

ARAUJO, L. da S. **Baianas de acarajé contra FIFA**: um estudo de caso sobre desenvolvimento e colonialidade. 257 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ARAUJO, O. B. O. de. **Práxis decoloniais na universidade**: a experiência do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais da Universidade de Brasília. 184 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ALMEIDA, N. R. de. **A educação através dos agogôs, atabaques e pandeiros**: O samba de roda goiano e questões de direitos humanos. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6598>>. Acesso em: 2022.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é o racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BERTONHA, J. F. **A Segunda Guerra Mundial:** Que história é esta? São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 2022.

CASTRO, A. I. M. de. **Ecoando dos cinco cantos:** feminismo negro brasileiro e questões de direitos humanos. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9071>>. Acesso em: 2022.

CARVALHO, L. de O. **Sentidos de florescer:** feminismos e decolonialidade na comunicação de mulheres Aymara. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

CERQUEIRA, D. M. de. **A Institucionalização do Estado Plurinacional como Instrumento para efetivação dos Direitos Humanos:** Uma Perspectiva Comparada entre Brasil e Bolívia. 124 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

COELHO, M. D. D. **Propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais:** uma análise discursiva decolonial sobre o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais no ordenamento jurídico brasileiro sob a perspectiva dos direitos humanos. 251 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7772>>. Acesso em: 2022.

CUNHA, L. H. M. da. **Terras indígenas e o STF:** análise de decisões na perspectiva decolonial de Aníbal Quijano (2009-2018). 110 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000.

FLORES, J. H. **A reinvenção dos direitos humanos.** Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

GALINDO, B. **Direitos fundamentais:** Análise de sua concretização constitucional. Curitiba: Juruá, 2003.

GOMES, E. B. **Sombras, brechas e gritos:** vozes silenciadas, consulta prévia e re-existência nas margens do rio Tapajós. 155 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, p. 115-147, mar. 2008.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5727070/mod_resource/content/1/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo-1-34.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022.

MBEMBE, A. A Necropolítica. **Arte & Ensaios:** Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução de S. Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENEGON, C. **A colonialidade e o pensamento feminista latino-americano**: desafios e perspectivas dos feminismos nas nações “periféricas”. 94 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIRANDA, C. L. **O santuário Tapuya dos Pajés na cidade de Brasília**: da poética do sagrado à retórica da resistência, sob a ótica do pluralismo jurídico latino-americano. 108 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4392>>. Acesso em: 2022.

MONTEL, L. **Migração haitiana no Rio de Janeiro**: uma perspectiva de gênero. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

NETO, L. F. de C. **Negociação da diferença na experiência de corpos e sexualidade plurais em comunidades rurais e na capital do Piauí**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

PEREIRA, I. B. L. **As identidades de gênero e sexualidade na visão dos parlamentares da Câmara Federal**: uma análise do discurso a partir dos projetos “escola sem partido”. 242 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8065>>. Acesso em: 2022.

PINHEIRO, Maisa Sampietro. **O sistema interamericano de Direitos Humanos e a proteção das famílias LGBTI+**: Uma análise decolonial frente à sistemas de dominação. 127 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

HERREIRA FLORES, J. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger, Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, R. A. dos. **A raça como tecnologia de governo**: uma crítica decolonial à teoria de Direitos Humanos. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2020.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado ed. 2009.

SILVA, G. O. **A luta decolonial da comunidade quilombola de Picadinha pela titulação definitiva da terra**. 120 f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

SPAREMBERGER, R. F. L.; GUERRA, D. Direitos Humanos em tempos líquidos. **Diritto&Diritti**, v. 30, p. 38-58, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

VISENTINI, P. F. **A Primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

Editora CLAE

2022